



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 114/115

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
30 DE NOVEMBRO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Sob nº CTL/CC/200/2004, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, restituindo os Projetos de Lei nºs 631/2003, 321, 317, 296, 286, 274, 265, 264, 261, 246, 232 e 197/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº CEE/CC/1793/2004, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Infor-

mações requerido pelo Deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre 'Veículos Inservíveis Pertencentes ao Estado do Paraná'. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob nº 380/2004, do Sr. Rubens Guimarães de Souza, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre 'Custo de Confecção da Revista Detrânsito.' **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob nº 1707/2004, da Sra. Sarita Cristiane Marcondes, Chefe do Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Reni Pereira, que pede esclarecimentos sobre 'Repasse de Autorização de Internação Hospitalar.' **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

OFÍCIO Nº 107-04/GAB. SECS

Curitiba, 30 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Compromisso previamente agendado em Porto Alegre que não foi possível adiar, impede-me de comparecer, hoje, ao honroso convite que me faz o Poder Legislativo.

Acho que é interessante e proveitosa a oportunidade de expor aos nobres Deputados, os assuntos da Secretaria da Comunicação Social e por isso peço para que nova data seja agendada.

Atenciosamente,

(a) AIRTONº PISSETTI

Secretário de Estado da Comunicação Social

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 417/2004, de sua autoria, que dispõe sobre a promoção de investimentos no Centro de Convenções de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 315/2004, de sua autoria, que dispõe sobre a doação de lotes que especifica à Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final ao projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## REQUERIMENTO Nº 2119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 200/2004, de minha autoria, que inclui 20 litros de água mineral na cesta básica adquirida pelo Governo do Estado no Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) MARCOS ISFER

## REQUERIMENTO Nº 2129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Mesa, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 238/2001, de sua autoria, que trata do passivo ambiental, e que já teve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, bem como a sua colocação para votação em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

## REQUERIMENTO Nº 2133

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o duto Plenário, seja convocado a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão Plenária da próxima terça-feira, dia 07 de dezembro, o Sr. Airton Carlos Pisseti,

Secretário de Estado da Comunicação Social para que preste esclarecimentos sobre sua Pasta, ao Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH e DURVAL AMARAL.

## REQUERIMENTO Nº 2116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Rosária Godoy, ocorrido dia 28/11/2004, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 77 anos de idade faleceu em data de ontem, a Sra. Rosária Godoy, que era comerciante e residia há 40 anos no Bairro Boa Vista.

Dona Rosária deixou 03 filhos: Ari, Araci e Hilda e um filho do coração: Lauro. Deixou ainda, 06 netos e 07 bisnetos.

Era pessoa muito querida por todos que a conheciam e com ela conviviam. Mãe carinhosa, dedicada que tudo fez não apenas por seus familiares, mas por todos que a procuravam.

O passamento de D. Rosária veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que a adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Aceite, pois, prezada amiga, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso.

Descanse em paz!

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Godoy endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 2128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Celso Bacarin, morador do Município de Ipirorã, ocorrido no dia 28/11/2004. Solicito comunicar à

família no endereço: Av. dos Estudantes, 995 - Ibiporã - CEP 86200-000.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar-se de membro de família conceituada e pioneira do Município de Ibiporã.

#### REQUERIMENTO Nº 2120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Rubens Fernando Cabral. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Osmar Obuti.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Dourival Felix Carneiro.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2123

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Altair Andrade.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO N 2126

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER a esta Presidência, voto de louvor ao Programa “Alô, Doutor”, do Hospital Erasto Gaertner, por ter completado seu primeiro ano de veiculação, período no qual, através de entrevistas diárias com profissionais da saúde, disseminou informações sobre formas de prevenção e tratamento do câncer para os moradores de Curitiba e interior.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ARLETE CARAMÊS

#### JUSTIFICATIVA:

O “Alô, Doutor” é um programa de rádio idealizado e realizado pelo Hospital Erasto Gaertner. Trata-se de um programa diário de rádio no qual são realizadas entrevistas com profissionais da área da saúde em que se procura divulgar informações sobre o câncer para a população em geral.

Procura-se, através do programa disseminar informações de extrema relevância sobre o câncer, principalmente as formas de prevenção e o seu tratamento, atuando assim diretamente como um instrumento de prevenção à doença. O programa, que iniciou com 18 emissoras, hoje é transmitido em 23, levando informações sobre a doença a cerca de 200 municípios no Estado do Paraná.

Desta forma, na comemoração do 1º ano de existência do programa, merece esta singela menção como forma de reconhecimento da sociedade paranaense pela relevância do trabalho que o Hospital Erasto Gaertner e seus profissionais realizam através do “Alô, Doutor”.

#### REQUERIMENTO N 2134

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Caíto Quintana, informar quantas viagens internacionais foram realizadas pelo ex-Governador do Estado, Sr. Jaime Lerner, o total de pessoas presentes em cada comitiva, e quanto foi despendido pelo erário com a compra de passagens e despesa de estadia no período compreendido entre janeiro de 1995 a novembro de 1996.

Solicita-se também, especificar quais foram as atividades desempenhadas pelo ex-Governador quando esteve fora do País.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO N 2135

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Caíto Quintana, informar quantas viagens internacionais foram realizadas pelo ex-Governador do Estado, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, o total de pessoas em cada comitiva de viagem, e quanto foi despendido pelo erário com a compra de passagens e despesa de estadia no período compreendido entre janeiro de 2003 a novembro de 2004.

Solicita-se também, especificar quais foram as atividades desempenhadas pelo ex-Governador quando esteve fora do País.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 452/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

O artigo 7º da Lei Estadual nº 11.054/95 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos e redação:

Art. 7º -...*omissis*...

§ 1º ao 4º...*omissis*...

§ 5º - A compensação de que trata o *caput* deste artigo poderá também ser feita mediante um “Banco de Áreas” aptas cadastradas pelos Órgãos Ambientais do Estado proveniente de proprietários rurais com área de até quatro módulos rurais que possuam áreas reservadas além dos 20% exigidos.

I - Os proprietários cadastrados na forma deste parágrafo receberão anualmente o valor equivalente a 50 sacas de milho por alqueire efetivamente utilizado pagos através de um fundo constituído para esse fim na medida em que forem utilizadas essas áreas por outros proprietários.

II - Os proprietários que optarem por constituir a reserva legal na forma do parágrafo 5º pagarão o valor anual ao fundo de que trata o inciso anterior que repassará esses valores aos proprietários cedentes destas áreas.

§ 6º - O pagamento pela utilização dessas áreas deverá ser feito anualmente sempre no período da safra podendo variar conforme a região e nessa mesma época o Fundo deverá repassar esses valores aos proprietários cedentes.

§ 7º - O não pagamento em dia pela utilização dessas áreas ensejará por parte dos órgãos ambientais do Estado a aplicação de penalidades e sanções administrativas, bem como a execução judicial desses valores diretamente pelo Estado.

§ 8º - Os proprietários que se enquadrarem nos critérios previstos no § 5º e que disponibilizarem suas

áreas para compensação de reserva legal receberão treinamento e instruções dos órgãos ambientais do Estado a fim de colaborarem com agentes ambientais voluntários na preservação do meio ambiente.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### JUSTIFICATIVA:

Essa alteração na Lei 11054/95 se faz necessária devido ao fato de que em algumas regiões do nosso Estado existem proprietários que possuem grande parte de sua propriedade preservadas com muitas espécies nativas incluindo algumas ameaçadas de extinção, fato que impossibilita a ampliação das áreas agricultáveis dessas propriedades. Essa situação gera um enorme problema social visto que os filhos desses agricultores são obrigados a deslocarem-se para os centros urbanos em busca de melhores alternativas de vida. Por outro lado não se configura justo que esses proprietários que preservaram a maioria de suas propriedades, nada recebem por isso, enquanto outros que tudo devastaram além de não terem esse ônus ainda façam o total aproveitamento econômico de suas propriedades.

Se medidas nesse sentido não forem tomadas pelo Poder Público, a esses proprietários que preservaram só restam duas alternativas: vender suas áreas aos grandes proprietários causando êxodo rural ou permanecer na propriedade passando inúmeras necessidades, pois é impossível a sobrevivência de famílias na maioria dos casos numerosas em áreas como por exemplo no sul do Estado em que as propriedades giram em torno de 10 hectares e em grande parte dos casos 8 hectares são cobertos com vegetação nativa incluindo espécie em extinção com imbuia e araucária. Esses pequenos proprietários e suas famílias por questão de sobrevivência são forçados a partirem para culturas como a de fumo que além de penosa compromete a saúde e o meio ambiente em decorrência da maciça utilização de agrotóxicos.

Esse projeto ao estipular como medida referencial de pagamento pela cessão de áreas destinadas a reserva legal, o milho o fez tendo em vista que este gênero agrícola é muito utilizado no mercado como indexador dos valores pagos por áreas arrendadas para atividades agrícolas. Também este cereal já foi utilizado como indexador em muitos programas governamentais destinados ao fomento da agricultura como por exemplo o “panela cheia”, no mandato anterior do Governador Requião.

A que se ressaltar que os proprietários beneficiados por esta lei passariam a ser uma espécie de agentes ambientais voluntários a exemplo do que já ocorreu em projetos de preservação de espécies ameaçadas como é o caso das tartarugas marinhas e do pirarucu que envolveu os pescadores e a população ribeirinha dessas áreas. Seriam mais pessoas colaborando com os órgãos ambientais na preservação do meio ambiente.

Hoje temos casos de proprietários rurais que em face das restrições à utilização econômica de determi-

nadas espécies nativas como a araucária por exemplo que quando nasce é logo eliminada pois futuramente passaria a ser vista como um obstáculo à utilização das áreas por elas ocupadas, dado a proibição do seu corte. Com a nossa proposta esses proprietários seriam incentivados a inclusive efetuar o plantio de espécies nativas e com manejo adequado extrair lucrativamente das mesmas.

Importante ressaltar que nossa proposta não gera despesas ao erário, pois apenas disciplina e facilita a intermediação de áreas entre quem necessita recompor sua reserva legal e quem dispõe de áreas aptas para isso. A presença do Estado nessa negociação entre o proprietários cedente e o tomador dessas áreas é importante para evitar abusos que poderiam resultar em exploração e até mesmo calotes aos cedentes na cobrança desses valores, isso evidentemente comprometeria o bom funcionamento desse sistema.

#### PROJETO DE LEI Nº 453/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A definição de Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e de Diretores das Faculdades Estaduais isoladas, no Estado do Paraná, dar-se-á por eleições diretas com a participação da comunidade universitária, mediante voto direto e secreto.

Art. 2º - Integram a comunidade universitária, para efeitos da presente lei, os membros do corpo docente, do corpo discente e do quadro de funcionários das instituições referida no artigo anterior, estando em pleno exercício de suas funções.

Art. 3º - Num prazo de 90 (noventa) dias da aprovação desta lei, as universidades estaduais promoverão as devidas adaptações em seus respectivos estatutos e regimentos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 8345, de 21 de julho de 1986.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### JUSTIFICATIVA:

Através deste projeto, estamos propondo a realização de eleições diretas para Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e Diretores das Faculdades Estaduais isoladas, alterando-se a Lei nº 8345/86, que há quase 20 anos institui a escolha por listas tríplices.

A realidade atual impõe que busquemos cada vez mais adaptar as nossas instituições aos tempos modernos. E modernidade, para nós, deve necessariamente ser vinculada à idéia de participação. Não é concebível que as

universidades permaneçam atreladas a costumes antigos, segundo os quais devam estar umbilicalmente ligadas ao chefe do Poder Executivo.

Os tempos são outros, verificamos atualmente que em diversas cidades os Prefeitos já optam por Secretários Municipais de Educação escolhidos pelos professores da rede municipal de ensino, cientes de que é tão importante haver sintonia entre o segmento educacional e a administração quanto também é importante que este entrosamento tenha legitimidade.

Não há mais ambiente para a existência de leis que privilegiam jogadas políticas. As eleições de “listas tríplices” marcaram época, sem dúvida, afinal naquele período o Brasil ainda vivia sob os resquícios de uma ditadura que perdurou por duas longas décadas.

Passadas outras duas décadas em que a democracia foi reconquistada, é chegado o momento de acenarmos para o valor que isto representa para nós, brasileiros do Paraná. E que os exemplos sejam propiciados justamente por onde a cidadania mais deve ser valorizada.

#### PROJETO DE LEI Nº 454/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

#### Capítulo I

#### Disposições Preliminares

Art. 1º - Os concursos de remoção nos serviços notariais e de registro serão realizados pelo Poder Judiciário e, de conformidade com o disposto pelo artigo 18, da Lei nº 8.935/94, com a observância das normas e critérios dispostos nesta lei.

Art. 2º - A remoção ou o deslocamento do Delegado, entre serviços notariais ou de registro, ocorrerá por ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por indicação do Conselho da Magistratura, que fará a valoração dos títulos pertinentes.

Art. 3º - O concurso de remoção consistirá em provas de títulos e a ele poderão inscrever-se notários ou registradores que se encontrem no efetivo exercício da atividade no Estado do Paraná, por mais de 2 (dois) anos, na data da primeira publicação do edital do certame.

Parágrafo Único - Aos candidatos já removidos exige-se o interstício de pelo menos 1 (um) anos de efetivo exercício no ofício atual, até a data da publicação do edital.

Art. 4º - Não poderá concorrer à remoção o Delegado afastado do exercício das funções por ato do Corregedor da Justiça, quando criminalmente processado ou condenado, enquanto estiver tramitando o processo ou pendente de execução a pena aplicada.

Art. 5º - A forma de provimento da serventia vaga, se por concurso de ingresso ou de remição, será estabelecida pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Corregedor-Geral da Justiça e obedecidos os critérios previstos no artigo 16 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Parágrafo Único - Na hipótese de inexistir interesse de candidatos à remição, o Presidente do Tribunal de Justiça autorizará a abertura de concurso de ingresso, na forma do regulamento pertinente.

Art. 6º - É assegurado ao notário e ao registrador concorrer à remição, mesmo que afastado de sua delegação:

- a) para o exercício de mandato eletivo;
- b) em razão de licença;
- c) para exercício de designação em serventia do foro judicial; ou
- d) designado para responder por outro serviço notarial ou de registro.

Parágrafo Único - Assegura-se o mesmo direito ao provido em serventia mista (judicial e extra-judicial).

Art. 7º - Será excluído do concurso o pretendente que houver sofrido pena disciplinar, salvo decorrido mais de 1 (um) ano da data de punição.

## **Capítulo II**

### **Dos Concursos**

Art. 8º- Os titulares de serviços notariais e de registros, independentemente de entrância, que já exerceram a atividade por mais de 2 (dois) anos, prazo este contado da data do efetivo exercício na atividade até a publicação do primeiro edital, e que estejam aptos física e mentalmente ao exercício da função, estarão habilitados à inscrição.

## **Capítulo III**

### **Dos Títulos**

Art. 9º - A prova de títulos será apurada mediante a atribuição de nota até 100 (cem) pontos, observados os seguintes critérios:

I - diploma de bacharel em direito: de 10 (dez) a 20 (vinte) pontos, observados a antiguidade da graduação;

II - cada período de 2 (dois) anos ou fração superior a 12 (doze) meses de exercício de titularidade ou designação para serviço notarial ou registral, 10 (dez) pontos;

III - cada período de 5 (cinco) anos ou fração superior a 30 (trinta) meses de exercício, prestado como juramento em serventia notarial ou de registro, 10 (dez) pontos;

IV - cada período de 04 (quatro) anos ou fração superior a 30 (trinta) meses de exercício prestado em

função pública que exija amplos conhecimentos jurídicos: 20 (vinte) pontos;

V - aprovação em concurso de ingresso ou remoção em serviço notarial e de registro, homologado pelo Conselho da Magistratura: 5 (cinco) pontos, até o limite de 10 (dez) pontos;

VI - exercício comprovado da atividade de Juiz Leigo ou de Conciliador dos Juizados Especiais, por período igual ou superior a 01 (um) ano: 05 (cinco) pontos;

VII - participação em encontro, simpósio ou congresso sobre temas ligados aos serviços notariais e de registro, mediante apresentação de certificado de aproveitamento: 01 (um) ponto, até o limite de 05 (cinco) pontos;

VIII - elogio expressamente consignado em ata de correição ou inspeção realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça: 01 (um) ponto cada, até o limite de 05 (cinco) pontos;

IX - elogio consignado pela autoridade judiciária competente na respectiva ficha funcional: 01 (um) ponto cada, até o limite de 05 (cinco) pontos;

X - ausência de registro, na ficha funcional, de imposição ao pretendente de qualquer pena disciplinar nos últimos 05 (cinco) anos: 5 (cinco) pontos;

XI - conduta pessoal do pretendente, seu conceito perante a comunidade a que presta serviços e operosidade no exercício da função Delegada: até 20 (vinte) pontos;

XII - exercício na função delegada a ser provida, por regular designação: 05 (cinco) pontos para cada período de 06 (seis) meses.

§ 1º - Cada título será fundamentadamente valorado uma única vez, não havendo acumulação para títulos da mesma natureza.

§ 2º - Para os candidatos não diplomados em direito, a contagem do tempo referente aos incisos II e III incide somente a partir de dez anos de exercício do serviço notarial ou de registro.

Art. 10 - Durante o procedimento seletivo poderá ser realizada, pelo Conselho da Magistratura, em caráter reservado e eliminatório, sindicância sobre a vida pregressa dos candidatos.

Art. 11 - Havendo empate entre os candidatos, a precedência na classificação será decidida de acordo com os seguintes critérios, sucessivamente:

I - o mais antigo na titularidade de serviço notarial ou de registro;

II - aquele que contar com maior tempo de serviço público;

III - o mais idoso.

Art. 12 - O Presidente do Tribunal de Justiça concederá à delegação dos serviços notariais e de registros, em rigorosa obediência à ordem de classificação no concurso.

## **Capítulo IV**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 13 - Na impossibilidade de provimento da titularidade de serviço notarial ou de registro, por ausência do candidato, o juízo competente proporá a extinção do serviço e anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município contíguo.

## **Capítulo V**

### **Das Disposições Transitórias**

Art. 14 - Quando da primeira vacância da titularidade de serviço notarial ou de registro, será procedida a desacumulação, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.935/94.

Art. 15 - Compete ao Conselho da Magistratura por proposta da Comissão de Organização e Divisão Judiciária, decidir pela acumulação ou desacumulação dos serviços notariais ou de registros, nos termos da Lei nº 8.935/94.

Art. 16 - É assegurada a remoção do Delegado titular de Ofício de Registro Civil, acumulado ou não com outra serventia, atingidos pelos efeitos da Lei nº 9.534/97 (Lei da Gratuidade), para serviço vago pelo qual esteja respondendo, na data da publicação desta lei.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 12.358, de 18 de dezembro de 1998.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ALEXRANDRE CURI

#### **JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de adequar a legislação estadual, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro, aos ditames da Lei Federal nº 10.506/2002, que exclui o concurso de prova para a efetivação da remoção de notariais e registradores, conforme determina o artigo 18, da Lei nº 8.935/94.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposta de regulamentação legislativa que ora apresentamos.

**PROJETO DE LEI Nº 455/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Agrícola Oeste do Paraná - Ensino

Médio e Profissional, com sede na Linha Cinco Mil, no Município de Palotina.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado também a assumir os débitos junto ao INSS, bem como à rescisão contratual dos funcionários.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ADEMIR BIER

#### **JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Ensino Agropecuário “Oeste do Paraná” é uma entidade de direito privado, de natureza educacional, assistencial e filantrópica, sem fins lucrativos, com sede na Linha Cinco Mil, Lotes Rurais nº 29-A e nº 30, da Gleba nº 24, do Município de Palotina, Estado do Paraná.

A Associação AGROPAR, na condição de mantenedora do Colégio Agrícola, tem como finalidade expansão e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e desenvolvimento sustentável; formação, capacitação e o aperfeiçoamento profissional nas áreas primárias, secundárias e terciárias, amparo e assistência educativa e material a estudantes carentes de recursos; oferecer o maior número de oportunidades educacionais, de preparação profissional e reconversão profissional; incentivar, criar e manter estabelecimentos de ensino médio e profissional ou equivalente e de nível superior; desenvolver programas de educação permanente, através de cursos de nível básico e outras providências correlatas e informais. Ser um Centro de Referência na difusão da pesquisa, educação e tecnologia em agricultura, pecuária e agroindústria de produtos orgânicos. Servir desinteressadamente à coletividade, promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais específicas para o exercício das atividades produtoras.

Para a consecução de suas finalidades, desenvolverá planos, programas e projetos visando criar, instalar e manter unidades de ensino sem finalidades lucrativas, com o objetivo de elevar o nível cultural, educacional e profissional do município e da região; promover assistência a estudantes carentes de recursos, especialmente mediante a concessão de bolsas de estudo e auxílio para a sua formação integral; colaborar com entidades públicas e privadas para instituir, supervisionar e executar sistemas de financiamentos de educação, a estudantes carentes e recursos; articular-se com poderes públicos no sentido de implantar e executar planos de cooperação financeira e técnica de ensino; realizar estudos, pesquisas, experiências, ensaios e documentação pedagógica, visando ao aperfeiçoamento e divulgação de métodos, técnicas e processos de ensino e de formação profissional; promover a consciência ambiental com o uso de tecnologia e gestão ambiental, e políticas de melhoria de qualidade de vida; desenvolver projetos paisagísticos e de



recuperação ambiental; cooperar com a administração pública e privada no desenvolvimento de programas de integração Escola-Empresa-Governo de Educação permanente e projetos integrados de educação, trabalho e saúde; criar e manter serviços educativos, assistenciais e filantrópicos que beneficiem estudantes carentes de recursos, realizar intercâmbio com entidades nacionais e internacionais para a promoção de cursos de formação, capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de professores, técnicos e pessoal especializado; organizar, manter e administrar diretamente ou mediante convênios de cooperação com órgãos e entidades públicas e particulares, centro de treinamento para fins de estágios, experimentação e demonstração de processos, sistemas e métodos para a formação de pessoal técnico ou especializado em assuntos educacionais e de formação técnico-profissional; cooperar com os poderes públicos e as comunidades no sentido de tornar o ensino mais ajustado aos interesses e possibilidades dos estudantes e as reais condições e necessidades do meio concorrendo para a auto realização, qualificação para o trabalho, ao preparo para o exercício consciente da cidadania; desenvolver nos jovens a necessidade de proteção do solo pátrio, da conservação da nossa flora e fauna, da exploração racional da agropecuária, visando maior produtividade, padronização, qualidade para alimentação do nosso povo e produção geral de riquezas.

Desenvolver políticas ambientais e agrárias no uso da terra, solo e água, promover a filosofia do cooperativismo, promover a cultura científica com uma tecnologia, com uma cultura científica de caráter humanista, incrementar tecnologias da agricultura orgânica nas atividades de produção de soja, milho, feijão, pomar, horta, leite, coelhos, aves de corte e postura, ovinos, suínos, piscicultura, desenvolver e avaliar o processo de conversão do sistema de cultivo convencional para o sistema orgânico sustentável com aplicabilidade para a agricultura familiar.

Hoje o Colégio Agrícola Oeste do Paraná atinge aproximadamente 45 municípios da região Oeste do Estado, atendendo um total de 213 alunos. Com a estadualização o Estado poderá destinar recursos para a melhoria da estrutura e contratação de novas tecnologias.

Com a estadualização o Estado além de estar cumprindo com a sua obrigação Constitucional onde determina que a Educação é um direito de todos e dever do Estado, irá receber a doação de uma área de 24,2 ha, existe sobre a área um edifício em alvenaria com uma área total de 7.500,00 m<sup>2</sup>, avaliada no total de 4.990.000,00 (quatro milhões, novecentos e noventa mil reais).

Os débitos que seriam assumidos pelo Estado somariam um total de R\$855.168,14 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e quatorze centavos) e os valores que o Estado estará recebendo com a doação do imóvel R\$4.990.000,00. O Estado além de estar cumprindo a sua função de levar a

Educação para a população, terá ainda a incorporação ao patrimônio do Estado de mais de R\$4.134.831,86 que é a diferença entre o que o Estado vai receber e a dívida que irá assumir.

Essas, Sras. e Srs. Deputados, foram as razões que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei, que com certeza terá apoio dos nobres Parlamentares.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, o Deputado Barbosa Neto fez uma leitura muito rápida. Não entendi o conteúdo da correspondência do Secretário da Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Secretário mandou um Ofício a esta Casa dirigido à Presidência e aos Líderes Natálio Stica e Durval Amaral, participando que não poderia hoje aceitar o convite que os Srs. Parlamentares fizeram para que estivesse na Casa e que estará à disposição em outra data, ainda estabelecida.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

O Secretário da Comunicação alega que: “compromisso previamente agendado em Porto Alegre, impede-me de comparecer hoje ao honroso convite que me fez o Poder Legislativo. Acho que é interessante e proveitosa a oportunidade de expor aos nobres Deputados os assuntos da Secretaria da Comunicação Social e por isso, peço que nova data seja agendada”.

Então, Deputado Rossoni, o Secretário está à disposição para uma nova data.

O SR. VALDIR ROSSONI

Se possível, antes do recesso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos convidá-lo novamente, mas para isso, haveria necessidade de um novo requerimento que se passasse na Casa para que convidássemos novamente o Secretário para que estivesse presente na Casa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na verdade, estou aqui com uma vasta documentação da Secretaria da Comunicação; estava ávido para ouvir o Secretário Pisseti porque nessa comunicação que temos aqui, o Secretário tem muito a nos explicar.

Ontem não me pronunciei, porque esperei o Diário Oficial; eu estava esperando que ali tivesse uma medida de coragem do nosso viajante, com a sua bela comitiva de grande número, o Governador Requião. Infelizmente, o Governador não tomou nenhuma medida.

Só quero aqui, lembrar aos Srs. Deputados que, aquele Governador corajoso, de voz alta, de rápidas res-

postas, está virando “tchutchuca” junto aos seus Secretários, que a pergunta que queremos fazer aos paranaenses, porque ao Governador não adianta mais: o Secretário Pisseti é corrupto ou o Secretário Mussi está mentindo? Com a palavra, o Governador do Paraná!

Porque segundo ao que tínhamos conhecimento, Nova York tremeu, quando ele recebeu essa notícia. Mas, parece-me que ao chegar ao Brasil, o valente e corajoso Governador, como já disse, se transformou em outra coisa.

Ainda tenho esperança que o Secretário da Comunicação venha a esta Casa, para dar explicações para nós, porque os gastos com a Secretaria da Comunicação - não há explicação e, tenho certeza que essa viagem ao Rio Grande do Sul não foi para tomar chimarrão, mas foi para tomar calmante, porque ele não tem como explicar determinadas medidas tomadas por ele e pagamentos feito por ele junto a Secretaria da Comunicação.

Como tenho aqui uma vasta documentação, só vou entrar aqui em algumas questões: 1º Secretário da Comunicação determina pagamentos para várias rádios num pacote só. Como exemplo, ele pagou à televisão Icarai de Maringá - Bandeirantes 114 mil.

Aí, uma outra questão que deve explicação a esta Casa, pasmem os senhores! Quem é o Presidente da Federação de Futebol do Paraná? Os senhores sabem quem é! A Federação Paranaense de Futebol recebeu da Secretaria da Comunicação 249.375 mil reais, sobre a Nota 000.116 PDB 312. Imaginem, meus amigos, o que tem dentro desse pacote, se a Federação de Futebol do Paraná recebeu 249.375! Eu só queria saber a comunicação que tem na Comunicação, que tem na Federação de Futebol!

É estranho, tem várias questões aqui a serem questionadas, e por isso, Sr. Presidente, encerro aqui o meu pronunciamento. Pode ter certeza absoluta, o Governador Requião mancha o seu governo ao não tomar uma medida perante esta questão.

E, ao encerrar o meu pronunciamento em cima dos pagamentos feitos pela Secretaria de Comunicação, refiro-me apenas à Federação Paranaense de Futebol e em cima das acusações feitas pelo Secretário da Indústria e Comércio. Quem é corrupto e quem está mentindo. Essa é a pergunta que fica no ar para o convite que faremos ao Secretário Pisseti. Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para fazer aqui um balanço desse quase fim da primeira metade do Governo Roberto Requião.

Não uma análise, apenas uma constatação, já que os críticos especializados em política isenta, o fazem diariamente na imprensa livre, mas principalmente, o maior

juízo é feito pelo povo, quando nós saímos às ruas, quando encontramos os populares que não estão investidos de mandato parlamentar e, portanto, totalmente livres com as suas consciências para fazer o juízo de valor necessário e cabível neste momento, muito importante para o atual Governo, seja no Estado do Paraná, seja em nosso País.

Subo à tribuna desta Casa com pesar, diria, até porque nós não gostamos de criticar simplesmente por criticar, de forma mecânica, principalmente àquele que fazem parte da nossa classe, a classe de políticos.

Mas, Deputado Valdir Rossoni, temos que fazer as constatações, porque também somos representantes, neste Parlamento, da classe de trabalhadores do nosso Estado. E a frustração que toma conta de todos nós em relação ao Governo que aí está, é realmente uma coisa muito grande. Se fizéssemos um histórico, aqui, todas as vezes que a imprensa nacional tem focado suas lentes para o Estado do Paraná, é com desdém, é de forma jocosa, é de forma acusadora, inclusive. Quando sai na imprensa notícia do Paraná, é para dizer que o Governador paranaense é o recordista em nepotismo, porque tem vinte e três parentes nomeados. Quando sai notícia na imprensa nacional, do Paraná, é para dizer que o Governador representa o “risco Requião”, como o Estado de São Paulo, talvez o mais tradicionalista da imprensa brasileira, colocou recentemente, porque um Governador que insiste em “quebrar” contratos, em que apela para cortes internacionais, realmente demonstra que não respeita o que está pactuado, o que está assinado, seja com palavra ou até com documentos.

E o Governador acredita que há uma verdadeira conspiração contra ele. Será que o mundo conspira contra este Governo que aí está? Diz que é nacionalista e tenta se blindar das outras críticas! Mas, meteu os pés pelas mãos em questões como a dos transgênicos, e lá fora, quando saímos do Paraná, queremos defender o mandatário maior do nosso Estado, mas é quase que indefensável, diante das trapalhadas que, lamentavelmente, constatamos aqui.

E o que faz o Governador? Elege inimigos! Xinga seus Secretários! Humilha seus subalternos! Trata com desdém esta Casa! Mente, quando fala sobre os vencimentos que nós percebemos, esquecendo que ele mesmo foi Deputado desta Casa! Esquecendo-se, ele mesmo, que tem na sua assessoria também Deputados que o ajudam e tentam defendê-lo. E os compromissos que foram esquecidos por este Governador? O mais importante deles, que é o pedágio, não acabou! E, hoje, nós abrimos os jornais e vemos a nova tabela, que vai ser cobrada nos próximos dias, como um presente de Natal às avessas para nossa população, que vai ter que pagar caro para trafegar nas praças de pedágio do nosso Estado.

E as obras? Onde estão as obras que foram feitas nesses dois anos? A primeira obra inaugurada, nós sabemos, foi a praça de pedágio da Lapa. E outras que foram construídas. E o que é pior, ele desobrigou as obras, as

benfeitorias que seriam necessárias e estavam assumidas em contrato com as empresas concessionárias do pedágio, os acostamentos, as duplicações, as trincheiras e tantas outras obras tão necessárias.

E vamos falar um pouco da violência. Não! Não precisa nem falar! Estamos cansados, já! Hoje mesmo a Rede Globo mostrou o quanto estamos defasados nesta questão da segurança pública, e não vou, aqui, “chover no molhado”, mas, infelizmente, temos que constatar, não só aqui no Estado do Paraná, mas também num outro amigo do Governador, que se elegeu Presidente da República, talvez o símbolo máximo da ascensão política da história do Ocidente, deste Planeta, que nós tivemos um operário que chega à Presidência da República, mas que também trai toda aquela história de luta, de vida digna em prol dos trabalhadores!

Lula hoje está seduzido pelas elites, os seus amigos o abandonaram, amigos históricos como o Frei Beto, como o João Pedro Stédile, do MST, que hoje critica, porque nem no Governo FHC o número de assentamentos foi tão menor como é hoje no Governo Lula, e o Carlos Lessa, que agora recentemente deixa, com tamanha frustração, o Governo Federal, criticando o Governo Lula, o ex-Presidente do BNDS.

O que falar então do jornalista Ricardo Cotho, companheiro de mais de vinte anos, de Lula, que agora chorou quando o jornalista também decidiu pegar o seu boné? Um Presidente que falou a vida inteira que iria melhorar o salário mínimo, e dá vinte reais de aumento; que condenava as medidas provisórias, mas que é o campeão de MP's - isso dito inclusive por um dos seus líderes, o Senador Aloísio Mercadante, que dizia que Fernando Henrique viajava demais, que tinha que ficar aqui! E o que fez o Presidente que era operário? Comprou um avião e até sauna colocou! Será que este é o Presidente que foi eleito, ou existe outro Presidente?

Meu Deus do céu!

Vamos fazer aqui uma análise. Recentemente o Sebastião Néri, um dos maiores e mais respeitados jornalistas, com mais de quarenta anos de tradição de cobrir a política palaciana, disse que Lula trocou de roupa, de amigos e de alma...

Antes ele se aconselhava com Dom Paulo Evaristo Arns, com Paulo Paim; hoje se aconselha e tenta blindar o Presidente do Banco Central que está envolvido em dezenas de denúncias, tenta blindá-lo dando status de Ministro, indo contra as prerrogativas de um Presidente da República.

É lamentável constatar todos isso. E eu gostaria de dizer - já que falei do Senador Paulo Paim, que tanto lutou pelo aumento do salário mínimo, - o próprio Senador do PT disse que o Lula conseguiu desagradar aposentados, funcionários públicos, assalariados, sem-terra, sem-teto, desagradou os seus amigos, desagradou a todos nós, infelizmente.

Gostaria de subir aqui e me render ao Governo democrático, de um operário que virou Presidente; gostaria de estar aqui elogiando o Governador, que só sabe atirar farpas, que só sabe, com os seus maus bofes, atacar os que o cercam; se não têm coragem aqueles que estão ao seu lado de dizer o que eu estou pronunciando hoje, isso eu tenho.

### **O Sr. Ademar Traiano**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento brilhante, desta análise que V. Exa. faz com relação aos dois anos de Governo, Lula e Requião, e realmente traz para esta Casa, no seu pronunciamento, uma contribuição valiosa ao Paraná e ao Brasil, fazendo uma análise crítica, contundente, do mandato de Lula e Requião. A mudança do discurso do Presidente Lula de abandonar bandeiras históricas, bandeiras essas que foram na verdade a maior contribuição do Partido dos Trabalhadores, com certeza o seu maior patrimônio ao longo da vida política do PT.

Com relação ao Governo do Paraná, V. Exa. muito bem tem colocado o estilo diferente de governar, truculento, estilo de um Governador que não respeita a população; não respeita, muitas vezes, a manifestação expressa por Parlamentares na individualidade ou até por pleitos encaminhados nesta Casa. É um governo que está perdido na lama! Denúncias e mais denúncias estão acontecendo nesta Casa, e nada se esclarece!

É importante lembrar de um episódio ocorrido no Governo Richa, muito inferior a este que vem acontecendo com o Pisseti. Lembro-me do Secretário Garanhão e imediatamente o Governador José Richa, sério, determinado, exonerou o Secretário, mesmo sendo seu amigo pessoal!

E agora o Governador Roberto Requião, a sua viagem para Nova York; é o escândalo do Pisseti, tantas outras coisas denunciadas, e lamentavelmente não se vê daquele que tanto apregoeou a moralidade, uma decisão séria e responsável.

Estamos esperando do Governador Roberto Requião esta ação, demonstrando aos paranaenses o que tanto prega neste Estado.

Parabéns!

### **O SR. BARBOSA NETO**

Gostaria de dizer que lamentavelmente aqueles que sempre condenaram, agora se utilizam das mesmas práticas.

Essa última nababesca me faz lembrar de um filme estrelado por Eddy Murphy, chamado “Um Príncipe em Nova York”, onde se instala o país de uma república das bananas, em Nova York.

Isso é lamentável, pela história de vida que tem o Governador Roberto Requião.

Quero anunciar que o PDT estará realizando, na próxima sexta-feira, um encontro da Diretoria Nacional,

onde estaremos nos mostrando inflexíveis, principalmente naquelas conquistas que o grande Leonel Brizola sempre lembrava de Getúlio Vargas, nas questões trabalhistas.

Nós, ao contrário do PT, que quer agora acabar com os direitos trabalhistas e com tantas outras cláusulas pétreas importantes da agenda nacional, não iremos mexer em tudo isso. Pelo contrário, lutaremos até o fim para preservar, em memória do nosso grande líder, que foi embora no dia 21 de junho. E esta será a primeira reunião nacional após o falecimento do grande líder.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado André Vargas no Pequeno expediente.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sobre esta questão polêmica levantada pelo Deputado Barbosa Neto, o Deputado Elton Welter deve fazer uma abordagem com relação às notícias do crescimento econômico, sobre comparações de governos e de posturas também.

Sobre aquilo que está colocado na imprensa, do Mussi com o Pisseti, a pergunta que faço é a seguinte: se fossem dois Ministros do Governo Lula, qual seria o nível de polêmica?

Faço uso da palavra, Sr. Presidente, para me expressar sobre o falecimento do Prefeito eleito de Cafezal, Claudionor dos Anjos.

Jovem, 29 anos completados agora no dia 25. Sagitariano como eu. Sonhador, lutador, soldado da Polícia Militar. Pai de uma criança de 4 anos. Filho de agricultores pobres, muito pobres de Cafezal do Sul e que, numa luta muito grande, com determinação catalisou as esperanças da população de Cafezal, os sonhos de mudanças e venceu as eleições. Quis o nosso Criador, Supremo Arquiteto do Universo, que ele partisse do nosso convívio.

Lá estive representando o meu Partido, a nossa Bancada e até a Assembléia, por que não dizer, e lá vivi emoções fortes ao ver uma população sensibilizada, triste, mas que ainda mantém a esperança de que o projeto do Claudionor continue vivo e continuará. Também vi a tristeza dos seus eleitores, dos seus companheiros da região e faço aqui uma homenagem ao Claudionor.

Político iniciante, jovem vibrante, cuja vibração estará sempre a serviço das transformações que as cidades do Paraná e do Brasil sempre estarão a precisar. Ao falar, também me emociono, porque vi a tristeza da família, seu filho de quatro anos, mesmo sem entender que o pai, que comemorava a vitória nas urnas, o pai, que junto com seus familiares certamente festejou muito o processo eleitoral, como de resto festejaram aqueles vitoriosos, estava lá, num caixão lacrado, com a foto em cima.

Uso a tribuna para compartilhar com os meus companheiros das emoções que pudemos viver e da reflexão que fica, que da luta política, das divergências Oposição X Situação, concepção de sociedade, Partidos políticos diferentes, uma disputa a cada dois anos, pelo menos, no processo eleitoral, o que deve ficar é o equilíbrio, para que cuidemos dos nossos, nossa família, nossos amigos, daqueles que são os nossos companheiros de imprensa que nos acompanham que, além da racionalidade, possamos usar do afeto e da convivência, necessários para realização da felicidade.

Para concluir, tudo passa, mas o que não passa são as boas obras, as boas amizades e a convivência fraterna e companheira que podemos ter aqui e na sociedade.

Não diria adeus, Claudionor, porque você viverá sempre para nós como exemplo de vida, determinação e de um projeto a se realizar em cada Município do nosso Estado e do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez ocupo o microfone desta Casa de Leis para abordar a questão da segurança pública no Estado do Paraná. Na semana passada, enquanto o nobre Deputado Barbosa Neto comentava diversas dificuldades, problemas graves que o nosso Estado sofre no que diz respeito à questão da segurança, fiz questão de apartear-lo solidarizando-me com relação ao seu pronunciamento e continuo ocupando esta tribuna para falar sobre a questão da segurança pública.

A cada dia que passa, a cada minuto que passa os paranaenses estão mais amedrontados. Infelizmente, não existe uma política objetiva no que diz respeito à questão da segurança pública em nosso Estado. Em Guarapuava, cidade que representamos, houve, por indicação do Secretário, a mudança do Delegado-Chefe da 14ª subdivisão. E, por mais de dez dias, Guarapuava aguarda a nomeação do novo Delegado! Não sabemos quem vem, de onde vem, mas esperamos que seja nomeado para efetuar um bom trabalho. Sabemos que a troca - como anunciei na semana passada - frutificou-se de um pedido de uma pessoa de relacionamento pessoal do Secretário, para que se fizesse essa mudança em Guarapuava.

Lá na nossa cidade de Gurapuava, infelizmente a população está sofrendo. Na última semana uma senhora foi agredida, a polícia foi chamada, a Delegacia não tinha sequer um Delegado para que pudesse dar encaminhamento ao Boletim de Ocorrência, as diligências necessárias para se efetuar a prisão do agressor.

Em Irati, foi publicado na Gazeta do POvo da última sexta-feira: "Cadeia sofre 3ª fuga em 20 dias". Oito prisioneiros fugiram da cadeia onde só existia um

agente, que foi dominado pelos presos, que saíram pela porta da frente.

Cadê a política de segurança de nosso Estado? Cadê os projetos para assegurar a todos nós, paranaenses, mais tranquilidade no nosso dia-a-dia? O projeto que se destaca no nível de segurança é o projeto do desarmamento que o Secretário buscou para si agora, mas que foi de autoria do Deputado Ratinho Júnior, membro desta Casa de Leis e nosso parceiro.

É necessário que atitudes sejam tomadas para que a segurança seja melhorada, para que os cidadãos tenham resguardados os seus direitos.

Não precisamos falar, nobre Presidente, do 190. Na semana passada, funcionários do meu gabinete acabaram sofrendo um acidente automobilístico por um motorista embriagado, que furou o sinal vermelho.

Acionado o 190 por diversas vezes, por diversos minutos os meus assessores aguardaram um atendimento e ele não existiu.

Essa mesma colocação já fiz aqui há mais de seis meses atrás, com relação ao 190. Ouvimos muito falar na operação “mãos limpas”, mas, parece que essa operação serve simplesmente para bater nas mãos e dizer que as minhas mãos estão limpas das responsabilidades das políticas da segurança do Estado do Paraná.

É necessário uma medida urgente para solucionarmos esse problema. Se for o caso, que o Governador convoque os Deputados para que possamos, junto a ele, encontrarmos a solução que todos nós esperamos. Que seja encontrada o mais rápido possível.

**O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

É para registrar a presença aqui no plenário do ex-Prefeito de Umuarama, Jorge Vieira, nosso amigo e companheiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Devidamente registrado.

No Pequeno Expediente, Deputado Natálio Stica.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Novamente subo a esta tribuna para dizer que os Deputados de Oposição continuam “tentar achar pêlos em ovos”.

Hoje ouvi o Deputado Valdir Rossoni falar aqui dos R\$ 249.000,00 da Secretaria da Comunicação destinados à Federação Paranaense de Futebol e questionando o que é que tem a ver a Federação com publicidade.

Deputado Valdir Rossoni, esses R\$ 249.000,00 são objeto de mais ou menos dez painéis de propaganda, por um ano, no estádio do Pinheirão, colocados por ocasião e principalmente para garantir um patrocínio para que a Seleção Brasileira pudesse vir ao Estado do Paraná para realizar o jogo com o Uruguai, um jogo pelas Elimina-

tórias para a Copa do Mundo. Portanto, um jogo da Seleção Brasileira que, com certeza, o jogo por si só já trouxe público, já trouxe turismo, já trouxe ganhos para o comércio de nossa Cidade e da nossa região e elevou o Estado do Paraná em todas as telas, não só do Paraná, não só do Brasil, mas do resto do mundo, porque se trata da “Seleção Canarinho”, da Seleção Brasileira de Futebol.

Portanto, plenamente justificado está esse investimento, como estão justificados todos os gastos na Secretaria da Comunicação e que o Secretário Airton Pisseti não se nega a vir a esta Casa.

Muito pelo contrário, garante aqui, após o seu compromisso assumido, que em uma nova data aqui estará para responder às indagações dos Deputados e é assim que tem que ser. O Governador Roberto Requião não admite e não deixa que nenhum contrato que não seja transparente passe por qualquer Secretaria do seu Governo. O Governador Requião falou-me que se tiver qualquer coisa errada, qualquer Secretário é passível de demissão e assim é este Governo, diferente do ex-Governo, que deixou este Estado em um estado quase falimentar. Este Governo não acoberta Jogos da Natureza, que ninguém sabe o que foi feito, Deputado Dobrandino, lá na sua região, a região do turismo e que lá fizeram de uma maneira que ninguém conseguiu entender a transparência. Então, vamos devagar com o andar, porque tem santo de barro, no passado!

Vim aqui também falar do pedágio, porque citaram o pedágio da Lapa, minha Cidade natal. Quero dizer que o pedágio da Lapa, o trecho Araucária-Lapa, foi um pedido de respaldo por uma consulta popular com mais de 80% de aprovação da população lapeana, que sofria as consequências de uma estrada que nunca teve o cuidado necessário e que agora está sendo passada para o Estado do Paraná e vamos rediscutir o seu acordo, embora quero dizer, aquele pedágio custa atualmente R\$ 3,20. E quero lembrar que o pedágio assinado pelo ex-Governador Jaime Lerner como, por exemplo, aqui na Rodovia das Praias, é R\$ 8,00, muito além dos R\$ 3,20 que falo da Cidade da Lapa.

Os pedágios que foram fruto daquele acordo vergonhoso, esses sim estão atrapalhando o Estado do Paraná, o povo do Paraná, os transportadores do Paraná, amarrados, e muito bem amarrados pelas mãos dos advogados que fizeram o contrato!

Eu declarei à imprensa que não é uma decisão política, e sim, jurídica, para acabar o pedágio, mas continua na Justiça a luta, o Governador Requião não está autorizando o aumento, conforme os senhores falaram da tribuna do outro lado, o Governador vai autorizar o aumento em cima dos índices inflacionários que vai ficar na casa dos 10% e não em cima dos 20 e tantos que querem aqueles que fizeram o acordo no passado. De novo, vamos ter outra luta na Justiça!

Ouvi aqui falarem do Presidente Lula, Barbosa Neto, que está levando este País num caminho sério e seguro! O Presidente Lula não faz demagogia como V.

Exa. quer, seria cômodo para o Presidente dar o aumento para o salário mínimo de 100%, acabar com o imposto de renda para ganhar a classe média e levar este País à bancarrota! O Presidente Lula tem responsabilidades e por isso é considerado um estadista, por isso tem o respeito do resto do mundo! O Presidente Lula vai terminar o seu primeiro mandato e o senhor vai ver a diferença que este País vai mostrar!

Eu quero, nos próximos dias, trazer aqui um balanço, aí, sim, um balanço sério em cima do que foi feito nos dois anos do Governo Lula e nos dois anos do Governador Requião no Paraná! Quero mostrar aos Deputados da Oposição que o Paraná tem Governo competente, que o Brasil tem um Presidente sério, responsável e competente, trazendo aqui um resumo dos dois anos de Governo, que eu tenho certeza que é muito mais do que foi feito nos 8 anos do ex-Presidente FHC e dos 8 anos do desgoverno do Sr. Jaime Lerner.

Obrigado Sr. Presidente, pedindo escusas pelos três minutos de benevolência que a Mesa me concedeu.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (*Pela Ordem*)

Sr. Presidente, quero apenas deixar registrado a complacência da Mesa com o Líder do Governo.

#### O SR. PRESIDENTE (*Augustinho Zucchi*)

Deputado Rossoni, o senhor me desculpe mas a complacência da Mesa foi a mesma que tive com o Deputado Barbosa, que ultrapassou três minutos; por isso dei ao Líder do Governo, Deputado Natálio Stica.

Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Elio Ruch.

#### O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros amigos paranaenses que estão presentes na Sessão de hoje.

Uso esta tribuna, na tarde de hoje, na companhia dos nossos companheiros Deputados que compõem a Comissão da Reforma Agrária. Esta CPI, Sr. Presidente, foi criada e instalada no mês de março, para averiguar possíveis irregularidades na questão agrária e fundiária do Estado do Paraná. Fomos eleitos pelos integrantes dessa Comissão como Presidente, sendo o Deputado José Maria Ferreira, Vice-Presidente, o Deputado Braddock, como Relator e mais outros 12 Deputados, porque é uma Comissão integrada por 15 Parlamentares.

É uma Comissão das maiores já instaladas no nosso Estado, e a CPI começou a realizar o seu trabalho. Nós ouvimos diversos depoimentos e já havíamos planejado, em comum acordo com todos os integrantes da CPI, Deputado Ailton, que sempre esteve acompanhando todos os trabalhos, Deputado Tadeu Veneri, Deputado Padre Paulo, Deputado Marcos Isfer, Deputado Braddock que eu já citei, são todos Deputados que estão presentes na Sessão de hoje e que integram a CPI da Reforma Agrária, e após depoimento, fizemos uma viagem para o interior do Paraná na última semana, e integraram essa

comitiva, além da nossa pessoa, os Deputados Mário Braddock, Padre Paulo, Tadeu Veneri, Miltinho Pupio, José Maria Ferreira e Luciana Rafagnin. Pedimos também que acompanhassem essas visitas ao interior do Estado, aos assentamentos, acampamentos, ocupações, o Ministério Público e o Dr. Wanderlei B. da Silva que representou o Ministério Público, aliás, a exemplo daquilo que eu já vinha fazendo nas Sessões, nos depoimentos que aconteceram aqui na Assembléia Legislativa.

Pedimos o acompanhamento do representante do INCRA e o Superintendente designou o Sr. Mingori que é da Superintendência de Cascavel e que acompanhou o nosso trabalho no interior do Estado.

Além, ainda acompanharam essa comitiva os assessores da CPI, o Sr. José Geraldo Alves, Humberto Malucelli, Joseliano Murva, Júlio Cezar de Lima e a Maria S. de Freitas que é fotógrafa da Assembléia.

A CPI entendeu por bem que devíamos contratar uma empresa para que pudéssemos fazer as filmagens da nossa CPI, e contratamos uma empresa que foi integrada pelo Sr. Pantera e Zulu, além do nosso motorista, que foi o responsável pela condução da comitiva integrada por 16 pessoas. Foi cansativo? Foi. Os sete Deputados que integraram sabem que não foi uma tarefa fácil.

Nós saímos domingo, aqui de Curitiba, fomos a Laranjeiras do Sul; fomos ao Município do Rio Bonito do Iguaçu para visitar alguns assentamentos, e diga-se de passagem, o maior assentamento da América Latina é o assentamento Alves e do Marcos Freire, dos assentamentos que foram desapropriados. Viajamos até Cascavel, Maringá, Querência do Norte, Planaltina, diversas cidades visitamos.

Concedo aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

#### O Sr. Tadeu Veneri

Obrigado.

Gostaria de registrar que nos três dias que estivemos em alguns assentamentos, pudemos ver e vivenciar na prática, mais do que todo período em que estivemos aqui na CPI ouvindo os pronunciamentos aqui na Assembléia.

Há uma série de iniciativas que não devem ser apenas vistas como referência mas também vistas como uma forma de se fazer a reforma agrária de fato. Há problemas com relação desde o crédito até a assistência técnica, mas parece que essa Comissão tem, além do Relatório Final que tomaremos conhecimento nos próximos dias, algumas sugestões para fazer aos Governos Estadual e Federal.

O que me chamou a atenção foi o fato de tomarmos conhecimento que todos os lotes que são entregues aos assentados são pagos, que todas as áreas têm por objetivo, ter escola, unidade de saúde, enfim, que não se faz uma reforma agrária apenas colocando as pessoas num pedaço de terra. Reforma agrária se faz com crédito, com assistência técnica, com processo racional de escoamento de produção e foi isso que eu tive a oportunidade de nesses três dias ver.

Acredito que voltamos melhores do que saímos no domingo e espero que os outros Deputados que não tiveram oportunidade de conhecer os assentamentos, em determinado momento possam ver os dois lados, tanto o lado daqueles que nós tivemos oportunidade de ver, que desmatam para plantar e que às vezes ficamos chocados quando vemos isso, como inclusive, nós recebemos informações e o Deputado Bradock tomará medidas necessárias, de áreas que estão acima das que estão sendo registradas. Áreas de mil hectares mas que na realidade têm dois, três mil hectares. Eu tive uma satisfação muito grande em poder estar nesses assentamentos.

#### O SR. DELEGADO BRADOCK

V. Exa. permite um aparte?

##### (Assentimento)

Quero agradecer a companhia dos colegas que comigo viajaram para visitar os assentamentos, as invasões, bem como à nossa fotógrafa, o nosso cinegrafista, o nosso motorista e os assessores de imprensa.

Pudemos constatar muitas coisas boas. Onde o governo não interferiu de maneira direta, foi a surpresa que nós tivemos, como na Fazenda Porongaba II onde não foi investido nenhum centavo do Governo Federal, quando os próprios agricultores com vocação para a terra desenvolvem uma reforma agrária com nota 10. Onde o Estado interferiu e não deu assistência técnica nos assentamentos, é de lamentar e em muitos deles houve uma verdadeira piada, como a Cooperativa de Querência do Norte.

Aprendemos e decidimos apoiar a reforma agrária porque ela é importante, ela valoriza o ser humano, valoriza o homem do campo. Insistimos em dizer que o INCRA é um órgão falido e que, para que a reforma agrária venha a se desenvolver, precisa realmente um cadastro eficiente, um cadastro sério para apurar aquele que tem vocação para a terra.

Discordamos do Padre Roque que diz que as pessoas vão pela opção. Não é por opção. Aquelas pessoas que a gente viu *in loco* que têm vocação para a terra, realmente desenvolveram a terra e temos a obrigação de auxiliá-las.

Uma nota de esclarecimento ao Deputado Artagão de Mattos Leão, com referência à segurança, porque eu não tenho oportunidade:

No ano de 2002, houve em Curitiba, 385 homicídios, 7.096 furtos de veículos.

No ano de 2003, 472 homicídios e 9014 veículos roubados.

No ano de 2004, 394 homicídios e 6855 veículos roubados.

Era isso, obrigado pelo aparte.

#### O SR. ELIO RUSCH

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O Sr. Plauto Miró Guimarães

Quero parabenizar a todos os integrantes da CPI da Terra, em especial a V. Exa. que é o Presidente, Deputado Bradock, relator e demais membros dessa Comissão que no começo foi tão questionada sobre a forma como seria direcionada e ficou provado que os integrantes desta Comissão e todos os integrantes, levaram a Comissão no caminho da investigação buscando as posições de todos os lados, dos integrantes do Movimento Sem-Terra, entidades dos produtores rurais para poder fazer o comparativo, para poder se investigar os problemas existentes no Estado do Paraná e em especial nós vimos um trabalho transparente onde a CPI, na viagem que fez ao interior do Estado, foi visitar assentamentos, onde pôde levantar os problemas que existem, assentamentos que funcionaram, outros que não funcionam. Sei que tiveram dificuldades para entrar em alguns assentamentos, onde os próprios integrantes do MST acabaram não deixando que a Comissão fosse lá visitar, mas, o resultado positivo de tudo isso, tenho certeza, vai ser o seu desdobramento. Ainda porque, a convite do Presidente, do Relator e dos membros da CPI, vimos acompanhar essa Comissão um integrante do Ministério Público, que esteve junto, visitou os assentamentos em conjunto com a Comissão e viu *in loco* os problemas reais que existem com relação à Reforma Agrária no Brasil e, em especial no nosso Estado do Paraná.

Parabéns pelo trabalho. Tenho certeza, que no término dessa Comissão, veremos o encaminhamento às autoridades competentes e, em especial, ao próprio Ministério Público, que teve um integrante acompanhando e possa ele dar aí o caminho correto para todas as ações legais, para que as pessoas que erraram venham a ser punidas e, tenho certeza, que nós possamos dessa forma dar uma grande contribuição à Reforma Agrária do nosso Estado, em especial para informar a opinião pública do Paraná o que é Reforma Agrária no nosso Estado.

#### O Sr. Miltinho Pupio

Presidente Elio Rusch e os nosso amigos Deputados que compõem a CPI da Terra, quero parabenizá-los pelo trabalho da CPI, eu que tive a oportunidade de acompanhá-los na região Noroeste do Estado, onde fizemos visitas em vários assentamentos. Além de assentamentos, fizemos visitas em invasões onde tinha uma fazenda invadida, na qual os sem-terra não aceitaram a nossa visita. Chegamos até a porteira e tivemos que voltar.

Até com razão, porque na situação em que se encontravam aqueles sem-terra, debaixo de uma lona preta, sem nenhum recurso, realmente as pessoas ficam bravas. Nós de lá fomos para outros assentamentos.

Sempre tenho colocado, Deputado Elio Rusch e colegas Deputados, que eu sempre fui a favor da Reforma Agrária; sempre contra as invasões. A Reforma Agrária onde tem sido feita, com critérios, com o INCRA e nós temos aqui um exemplo, no Estado do Paraná, que é Iretama, onde temos assentamentos, que está dando certo e

vai sempre dar certo, porque é um assentamento que vem junto com o Governo do Estado participando atentamente, com a Secretaria da Agricultura, com o Governo Municipal, que é a Prefeitura, que conhece realmente quem é o sem-terra.

Em Iretama, por exemplo, o Sâmis conhece todos aqueles que lá vivem, realmente pessoas que são da terra, que já moraram na terra e hoje moram em grandes cidades.

Por isso, sou a favor da reforma agrária e contra as invasões. O senhor teve a oportunidade, estava lá também, o Deputado Bradock, o Deputado Padre Paulo, a Deputada Luciana Rafagnin e viu realmente a situação da invasão da Santa Filomena, que é uma fazenda que está com reintegração de posse e o Governo ainda não tirou o pessoal de lá. Os sem-terra estão bravos com isso, e com razão.

Por que eles estão bravos e com razão? Porque o Governo, os governantes, o próprio Presidente da República Lula, prometeu fazer os assentamentos. Daí, não tem outra arma para eles, a não ser invadir as propriedades!

Por isso que tem que ter os cuidados. Na hora de fazer as eleições, na hora de fazer os discursos, nos palanques dizer que vai fazer e as coisas acontecerem.

Quero parabenizar o senhor, Presidente da CPI, do qual tenho certeza que o Deputado Bradock vai fazer com competência esse relatório, onde vamos encaminhar para os órgãos competentes, para o Governo do Estado, para o Governo Federal, para o Ministro, para que ele também possa saber o que acontece no Estado do Paraná, a respeito da Reforma Agrária.

Eu que sou agricultor, tenho do meu lado vários assentamentos. Sabemos realmente da dificuldade das pessoas e por isso que as pessoas ficam bravas e tristes. Não podemos deixar isso acontecer.

Por isso, quero parabenizar essa CPI da Reforma Agrária, da qual temos a certeza, os governantes vão tomar as providências através do relatório.

#### **O Sr. José Maria Ferreira**

Primeiro, reconhecer a importância desta Casa, quando de forma sábia teve a oportunidade de criar a CPI da Terra para que nós pudéssemos fazer análise. Sob a sua Presidência com serenidade e tranquilidade, levou naqueles primeiros momentos que eram de desconfiança, que parecia que a CPI estava muito mais “à caça das bruxas”, e não para levantar os problemas e as dificuldades vividas pela questão da terra. Valeu, porque essa Casa cumpriu o seu papel, tornou-se maior, porque foi a campo, reconheceu as dificuldades tanto dos acampados, dos que estão lá assentados, reconheceu a espoliação que está sendo feita sobre muitas propriedades produtivas, uma ação do Estado que não é efetiva!

Quando falo Estado, falo Poder Público. Por outro lado nós também observamos que o Brasil não tem estrutura para implementar uma Reforma Agrária.

O órgão mais importante e responsável pela execução da Reforma Agrária, que é o INCRA, tem 14 técnicos para fazer a fiscalização! Onde ele não comanda o projeto de assentamento dos nossos trabalhadores, isso, na sua grande maioria é feito por movimentos! O movimento é importante para pressionar, para fazer com que a sociedade se levante e reconheça a existência do problema e busque as soluções.

Não estou aqui atribuindo ao Governo do PT, não, mas é um processo endêmico, se nós não tivermos consciência. E tenho certeza que o Deputado Bradock o fará, registrando no relatório da CPI esta questão, porque vai ser o caminho para que possamos buscar o atendimento adequado na questão da Reforma Agrária, buscando interesses dos assentados, dos que serão assentados e também do proprietário.

Precisamos conciliar interesses. O Estado tem a obrigação e o condão de ser o grande conciliador de interesses. O interesse que não tem terra e que existe terra sem estar cumprindo a sua função social e daquele que cumpre a função social produzindo. Tenho certeza que a CPI, Deputado Bradock, sobre o relatório de sua responsabilidade vai visibilizar e viabilizar esta questão, para que possamos dar a contribuição a partir do Paraná e da Assembléia Legislativa, ao projeto de Reforma Agrária. Um projeto que seja sensato, em que coloquemos o homem na terra, aquele homem que tem aptidão para a terra. E não tem ser humano aberto a todas as suas aptidões. Uns, tem aptidão para terra e sabem fazê-lo bem, precisamos colocar lá esses trabalhadores, porque na conta que tem, teríamos que ter mais trezentos e vinte mil hectares no Paraná para poder fazer o assentamento desses que já esperam na fila.

Muito obrigado!

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Sem querer entrar no mérito do relatório final da CPI da Terra, mas há poucos dias conversava com o Vice-Governador Orlando Pessuti e dizia-lhe da satisfação que estava tendo em ver o trabalho do Deputado Elio Rusch, sobretudo nessa legislatura.

V. Exa. tem demonstrado determinação e eficiência na execução do que se propõe a fazer. Determinação e organização. Portanto, cumprimentar V. Exa. e todos os membros dessa CPI, nada mais é do que uma responsabilidade de alguém que acompanha com muita atenção o trabalho exercido pelos Parlamentares desta Casa.

Temos certeza que a CPI da Terra deixará também neste Poder Legislativo o seu marco, porque foi, sem sombra de dúvida, um trabalho que se deixou de lado a preguiça e se foi à luta, foi a campo, se viu a CPI visitar o interior do Paraná, viam-se inúmeras audiências.

Portanto, quero cumprimentar a cada membro desta CPI, porque certamente deixará um marco na história política do Estado do Paraná.

Parabéns, Elio Rusch e a todos os demais Deputados desta CPI!



**O SR. ELIO RUSCH**

Obrigado, Deputado Neivo e demais Deputados que colaboraram com seus apartes, para que nosso pronunciamento pudesse ter o respaldo e o eco necessários aqui na Casa de Leis.

Tenho certeza, Sras. e Srs. Deputados, que o Deputado Bradock, como Relator da nossa CPI, se possível, terminará o trabalho no limite, dia 5 ou dia 6, mas, conversamos hoje pela manhã e ele disse que é muito difícil terminar. Se não conseguirmos, pediremos prorrogação, mas até o recesso parlamentar, 15 de dezembro, que possamos entregar o relatório para todos os Srs. Parlamentares e que ele seja encaminhado efetivamente para quem de direito: ao Governo Federal, ao INCRA, Reforma Agrária, ao Governo do Estado, ao Ministério Público, enfim, a todas as pessoas que de uma ou de outra forma tenham participação ou envolvimento na questão agrária e também na questão fundiária, que é grave, ainda, no Estado do Paraná.

Para que os senhores tenham idéia, levantamos aqui na CPI: temos municípios na região metropolitana, nos quais 70% das áreas rurais não têm título definitivo! Quer dizer, existe o título do lote, num todo; mas, a pessoa que reside na propriedade não tem seu título parcelado. Isto faz de nós, Deputados integrantes da CPI, com toda certeza, um conjunto de idéias. Não é do Elio Rusch, não é do José Maria, Vice-Presidente, não é do Bradock, Relator, mas dos Deputados que efetivamente participaram nos trabalhos. Eu disse, antes, que os integrantes são quinze, mas os Deputados que participaram não foram os quinze, foram menos. Isto tem que ser dito.

A nossa CPI, Sr. Presidente, não estava preocupada com a imprensa. Fizemos nosso trabalho, quietinhos. Ouvimos todos os integrantes. Todas as entidades envolvidas, tanto do movimento, aqueles que lutam pela terra, ou mesmo aqueles outros que são proprietários da terra. Sem paixão nenhuma.

Disse muito bem, não sei qual dos Deputados, que no início dos trabalhos da CPI tinha pessoas que queriam jogar a CPI no descrédito, dizendo que ela havia sido constituída com um fim específico: querer denegrir o trabalho do movimento, o MST. E não foi este o objetivo. O trabalho da CPI foi sério. Continua sério. Tenho certeza total e absoluta que o Deputado Bradock haverá de apresentar no seu relatório algo que possa ter consistência e que possa colaborar na questão agrária do Estado do Paraná.

Quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que esta viagem que fizemos pelo interior foi árdua, foi difícil. E não é em forma de piadinha, em absoluto. Na segunda noite, nós integrantes, Deputados e toda a comitiva, chegamos ao hotel às 4 horas da manhã, em Maringá. Quer dizer, pouco sono. Quase não dormimos nada. Difícil a noite em que os integrantes da CPI foram dormir antes da 1 ou 2 horas da manhã!

Também tiramos fotografias, foi filmado. Tudo isto faz parte da história e do trabalho que a CPI tem real-

izado. Como diz o Deputado Neivo Beraldin: ficará, sem sombra de dúvida, aqui na Assembléia Legislativa. E disseram os Deputados: “nós vimos coisa boa? Vimos! Nós vimos coisa ruim, coisa feia? Vimos!” E o que é que constatamos? Que quem tem vocação para a agricultura, por exemplo, naquele assentamento primeiro que visitamos - nem precisaria citar todos - do Irênio Alves, chegamos a uma propriedade aonde este pequeno agricultor tem na sua propriedade vacas de leite, vende o leite, galpão de fumo, uma horta; tem tudo o que um agricultor precisa. Tem seu carro, a casa organizada, num capricho, naquela casa dava gosto de chegar. E qual não foi nossa surpresa: fomos ao lado, no vizinho, de repente, não tem nada, não planta, não tem condições, não tem dinheiro, não tem absolutamente nada, não tem estrutura!

E a que conclusão chegamos então agora nessa viagem, Deputado José Maria? O que é que nós conversávamos? Que não adianta o Governo só assentar as pessoas se não tem o acompanhamento técnico.

O que é que faz o INCRA? O que é que levantamos aí? A pessoa que é assentada recebe um título. Imediatamente ele recebe um valor significativo para construir a sua casa e fazer os primeiros investimentos na sua propriedade. O banco libera mas não acompanha, libera de acordo com a nota fiscal, as pessoas que aplicaram os recursos estão bem. E as pessoas que não aplicaram? Eles pegaram o recurso, com toda certeza devem ter aplicado 20, 30%, o resto ficou para eles, e com um agravante, venderam a propriedade para terceiros por vinte, trinta mil reais, esses recursos ficaram com o assentado, saíram da terra, está o segundo e até o terceiro proprietário, são contratos de gaveta! Isso nós constatamos. Quem faz isso, Srs. Deputados? Falamos com o Deputado Tadeu Veneri, ele constatou, o Ministério Público constatou. Quem faz isso é a pessoa que não tem vocação para a agricultura. Então, quem tem vocação para a agricultura precisa da terra, sim, e o Governo precisa resolver.

E o que mais nós conseguimos levantar, ao menos nessas regiões em que fomos e pelos depoimentos que tomamos, pelo próprio Superintendente do INCRA que esteve aqui na CPI, o Paraná não tem mais terra para ser desapropriada, o que é que o Governo precisa fazer, Deputado Dobrandino? Ele precisa buscar uma negociação com os proprietários de terra, comprar terra para depois fazer os assentamentos. Essa seria a saída para o Governo.

Se fôssemos relatar tudo o que aconteceu na viagem, levaríamos muito tempo, mas com toda certeza na conclusão dos trabalhos da CPI, o Relator, os integrantes da CPI, haveremos de usar esse espaço ainda e mostrar à sociedade do Paraná aquilo que deu certo e aquilo que não deu certo, sem paixão nenhuma, porque todos os integrantes da CPI são a favor da reforma agrária, mas uma reforma agrária com justiça, respeitando o direito, a propriedade, terra produtiva tem que ser respeitada. Agora, se a terra for improdutiva, o Deputado Bradock

levantou aqui, algumas fazendas que nós visitamos, Sr. Presidente, fomos à Fazenda Filomena, por exemplo, é uma fazenda produtiva, mas infelizmente não conseguimos entrar, o clima era muito tenso, até o Deputado Padre Paulo que tem mais ligação com o pessoal do movimento, ele mesmo entendeu, disse-nos que não seria aconselhável entrarmos nessa fazenda porque o clima era muito tenso. Fomos numa outra fazenda, Água da Prata, foi altamente produtiva; está invadida. Também não conseguimos entrar lá. Até queríamos constatar se era verdade aquilo que foi relatado aqui na CPI quando vieram os seus proprietários dizendo que foi metido fogo na sede da fazenda, no seu maquinário, mas infelizmente não tivemos acesso para dizer aos Srs. Deputados qual é a versão, se é verdade ou não é verdade. Mas temos que entender essas pessoas também.

Mas, agradeço, Sr. Presidente, aos Srs. Deputados por essa oportunidade que eu tive de, ao menos, relatar rapidamente alguns acontecimentos na viagem que empreendemos no interior do Estado do Paraná. E podem ter certeza que a CPI vai trazer a sua colaboração em favor da reforma agrária no Estado do Paraná e também da questão fundiária, porque vamos sugerir muito, com toda certeza, Deputado Bradock, José Maria, que sempre estiveram presentes, o Deputado Tadeu Veneri, Padre Paulo, Deputado Ailton Araújo, que estão aqui, Deputado Marcos Isfer, que tem participado constantemente das nossas Sessões.

Muito obrigado por esta oportunidade, na certeza que vamos voltar a esse tema por muitas vezes.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças: PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP, PFL.

Deputado Plauto Miró Guimarães, com a palavra.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com tristeza hoje escutei a leitura de um ofício na Mesa Executiva que anunciava que o Secretário da Comunicação Social, Ailton Pisseti comunicava a esta Casa de Leis que não poderia estar presente, por ter um compromisso já agendado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Fico triste, porque aqui nesta Casa na última quarta-feira, foi feito um acordo entre o Bloco de Oposição e o Líder do Governo nesta Casa. Naquele momento em que apresentávamos uma convocação ao Secretário Ailton Pisseti, o Líder do Governo nos procurou e sugeriu que encaminhássemos um convite.

#### O Sr. Natálio Stica

Quero dizer que o acordo continua valendo. O Secretário não pôde cancelar o compromisso, mas está à disposição para que se marque uma nova data.

Portanto, mantemos o acordo.

Muito obrigado!

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Dentro da conversação que tivemos, se ele não viesse no seu primeiro convite uma convocação seria feita, para que aqui ele pudesse estar e poder esclarecer uma série de denúncias, não só por Deputados que trazem aqui documentos mostrando onde os recursos da comunicação social estão sendo direcionados.

Há minutos escutamos uma denúncia aqui do Deputado Valdir Rossoni que recursos na casa de 200 mil reais foram encaminhados à Federação Paranaense de Futebol.

Dias atrás aqui estive dizendo que recursos estavam sendo encaminhados, através da Secretaria da Comunicação Social, para patrocinar um evento lá no Rio Grande do Sul questionando os transgênicos no nosso país. Um evento feito em Porto Alegre e patrocinado pelo Governo do Estado do Paraná.

E mais outras denúncias feitas pelo Secretário da Indústria e Comércio, Luiz Mussi, com relação ao destino de recursos para os meios de comunicação e a cobrança de pedágio. Está na grande imprensa estadual.

Precisamos esclarecer. Tenho certeza, pelas mãos do Deputado Ademar Traiano uma convocação foi entregue à Mesa desta Casa e que possamos votar porque o Líder do Governo que aqui já se manifestou, dentro do acordo que fizemos iríamos aprovar essa convocação.

Esperamos que hoje tudo isso possa acontecer.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

V. Exa. dá uma grande contribuição ao episódio Pisseti, Mussi, uma denúncia gravíssima, não menos grave do que a farra feita em Nova York às custas do Erário Público.

Em função disso, não vamos dizer do não cumprimento do acordo entre a Liderança do Governo e a Oposição.

Para que o Secretário não invente uma nova viagem, não crie mais um problema para explicar essas verbas destinadas pela Secretaria da Comunicação, entre elas esta para a Federação Paranaense, que é um assombro investir 250 mil em patrocínio de placas no Pinheirão, é uma vergonha!

Esse discurso, realmente sepulta toda e qualquer defesa deste Governo, que se diz o Governo da moralidade, isto é, para iniciativa privada e não para o Governo.

Para que isso não ocorra na seqüência, para que o Secretário não crie outro subterfúgio de vir aqui, nós encaminhamos um Requerimento à Mesa, em nome da Bancada de Oposição, para convocá-lo a estar aqui, terça-feira da semana que vem, no dia 07, para prestar os esclarecimentos que o Paraná está aguardando, sob pena de colocarmos uma mancha que, realmente, jamais será apagada neste Governo e no Governo do Requião.

Será a grande mácula, com certeza, que ficará no Governo Requião, este Governo que tanto prega a moralidade. Se for, realmente, um Governo sério, que venha esclarecer aqui na Assembléia aquilo que está ocorrendo na Secretaria da Comunicação!

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Obrigado pela sua posição, Deputado.

O que mais me preocupa é que se fizermos uma análise da história nós vemos que o grande patrimônio do Governador Roberto Requião, político, é justamente, a questão moral. É o grande patrimônio que ele carrega, ou melhor, carregava com ele.

O que estamos vendo, agora, é um novo período e um novo ciclo da Assembléia Legislativa, uma Assembléia voltada para os questionamentos onde se tem uma Oposição e uma Situação, onde a Oposição faz o seu papel que é apontar os erros, mostrar os problemas, trazer as denúncias para o debate.

Nesse novo ciclo da história do Parlamento do Estado do Paraná estamos vendo o questionamento, a denúncia com relação aos sérios problemas que existem no Governo Roberto Requião. E mais, problemas como esse de corrupção. Temos um problema da Comunicação Social, que um Secretário denunciou o outro; temos problemas, Sr. Presidente, do Porto de Paranaguá, que estamos vendo uma CPI sendo feita e com os seus trabalhos em andamento de soja para poder investigar o sumiço de um milhão e duzentas mil toneladas de soja do silo privado, no silo público do Porto de Paranaguá. Denúncias outras que existem em várias áreas, como o acerto questionável da Concessionária Rodovia das Cataratas que não está muito bem claro. A Assembléia Legislativa do Paraná já pediu o contrato que foi firmado entre o Governo do Estado e a Concessionária e até agora, aqui, nada chegou.

Então, para deixar claro: todo patrimônio ético e moral que este Governador carregou durante toda sua história política, está indo por água abaixo neste Governo, não diretamente, pelas suas ações particulares, as suas ações como Governador, mas da sua grande equipe que está num caminho, acredito eu, não certo, não correto e não legal.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulta à Liderança do PSDB.

(**Declina**).

PDT (**já foi usado pelo Deputado Barbosa Neto**)

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu Horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em nome da Liderança do PT, orgulha-me ver, no dia de hoje, uma notícia nacional.

Às vezes eu vejo Deputados fazendo pronunciamentos aqui criticando o Governo Lula, o Governo Requião também. É bom que se faça a crítica, mas a crítica tem que ter a consistência devida.

O crescimento econômico do País, medido agora, no dia de hoje, é o maior dos últimos dez anos. É uma coisa com segurança, com consistência, não são aqueles planos tirados da cartola para funcionar por um período e depois aumentar a dívida do País, que inclusive está diminuindo.

A reforma agrária, que esta Casa está trabalhando uma CPI, está acontecendo de fato nas ações do Governo Federal e Estadual. Do Governo Federal é no aumento do volume de crédito, principalmente para agricultura familiar e nós não esquecemos dos médios e dos grandes. Aqui no Paraná, ontem mesmo foi regulamentado o fundo de aval que visa universalizar o acesso ao crédito. Isso é medida para manter o pequeno agricultor no campo.

Esse crescimento econômico é uma coisa que precisa ser duradoura e consistente. E os caminhos estão sendo dados; as reformas estruturais estão sendo feitas.

E vou repetir aqui, quando o Presidente Lula esteve na Associação Comercial do Paraná, quando fomos criticados que veio fazer campanha aqui, ele disse, quando um empresário questionava sobre a alta taxa de juros: “Se você emprestar um dinheiro para um amigo que te pede, provavelmente você vai emprestar sem cobrar juros ou cobrar muito pouco. Mas, se você emprestar dinheiro para alguém que é desconhecido, com certeza você irá cobrar mais juros do que a taxa Selic”. E os empresários acenavam que sim. Aí o Presidente Lula disse o seguinte: “Eu criei as condições centrais, no Banco Central, para que vocês criem as cooperativas de créditos de vocês. Para que vocês coloquem o dinheiro de vocês nessas cooperativas e vocês emprestem para vocês mesmos”.

Aí sim, vamos puxar os juros para baixo, vamos gerar emprego e vai ter crescimento sustentável.

No mundo, inclusive nos Estados Unidos, os juros só caíram, Deputado Dobrandino, porque se criou essa cooperativa de créditos onde os empresários passaram a colocar o seu dinheiro nas cooperativas de crédito. Aí sim, vai começar a ter uma competição interna. Na minha cidade, na cidade de Toledo, criou-se a “CECOB”, forçou inclusive os bancos públicos a diminuir os juros naquela cidade que tem dinheiro dos empresários locais.

Isso é importante. São medidas já reflexo de apenas dois anos de ajuste na legislação, para flexibilizar junto ao Banco Central para que as cooperativas de crédito sejam mais facilmente criadas. Isso é avanço. Isso é reforma estrutural, isso reflete na economia.

Minha gente, se fosse tão fácil assim distribuir renda e riqueza, os oito anos do FHC teriam sido uma maravilha, mas não foram, mas, bastou apenas dois anos do Governo Lula e o PIB nunca teve crescimento

tamanho nesse resultado de agora, em nenhum dos seus oito anos teve esse crescimento. Isso me dá orgulho, dá satisfação. E tem gente que quer que façamos milagre!

O resultado do turismo, Deputado Barbosa, veja os jornais, cresceu 32% neste ano de 2004, comparado com 2003, resultado das ações concretas que fazemos a nível internacional. Do respeito e do prestígio, estamos atraindo inclusive turistas internacionais cada vez mais para o nosso País.

Minha gente, aqui no Paraná também estão melhorando muitas coisas. Tem que fazer as críticas, com certeza, mas, muita coisa está avançando, e nós, que damos sustentação aqui no Governo do Estado, fazemos as nossas críticas. Ontem mesmo, o Governador criticava o Palocci. Tenho minhas críticas, mas governar um País, minha gente, é diferente de governar o Estado. A responsabilidade de governar um País que ainda não é de primeiro mundo, mas que poderá ser, é diferente que governar um Estado. Nós em todo o período eleitoral do Governo Lula, nunca falamos, inclusive a carta ao povo brasileiro dizia que nós não íamos cumprir os contratos com o FMI e coisa assim, e nós estamos avançando, passo a passo. Esperamos que as coisas melhorarem. E vão, porque a política econômica está sendo consistente, está havendo um crescimento seguro e vai ser duradouro.

Assim esperamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Liderança do Oposição, Deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Novamente estamos sendo surpreendidos com a notícia que o pedágio sofrerá novo reajuste a partir das 00h00 de amanhã. Todos nós paranaenses sabemos que na eleição do Paraná o mote de campanha do então candidato foi: “acabo com o pedágio no primeiro dia do Governo”.

Foi assim que ele se pronunciou a todos nós paranaenses, em cima de uma mentira, de uma demagogia que efetivamente acabaria com o pedágio no primeiro dia de seu Governo. Passaram-se praticamente dois anos e o que estamos vendo?

Estamos vendo o Governo do Estado anunciando aumentos que, variam de 5,5% a 11,3% de acréscimo! Não foi essa a promessa do candidato! Não foi esse o compromisso do Governo! Mas, ao contrário, vimos o Governo dar verdadeiramente um presente para a concessionária Caminhos do Paraná, dando uma nova Praça de Pedágio àquela concessionária que, aliás, a Oposição até comemorava como a primeira obra do atual Governo - a Praça de pedágio na Rodovia da Lapa.

E, dessas empresas, a Caminhos do Paraná pretende um aumento que chega a 45%; a Rodovia das Cataratas, que é outra que também diminuiu a sua tarifa,

pretende um aumento que chega a 45%. E o que estamos vendo?

A ECOVIA, que liga Curitiba à Região Metropolitana, pretende aumentar 22,8% o preço da sua tarifa de pedágio, passando de R\$ 8,00 para R\$ 9,80. A Rodovia das Cataratas - como já falei - em uma Praça de Pedágio que é próxima de Foz do Iguaçu pretende um aumento de 45%. O aumento médio pleiteado pela VIAPAR e pela RODONORTE é de 10,12%, enquanto a ECONORTE, no Norte do Paraná, pretende um reajuste que varia de 17,9% a 22,8%.

Agora Srs. Deputados, o que nos surpreende é a total inoperância e incompetência do Governo. Era o dia 18 de novembro o prazo limite para que o Departamento de Estradas de Rodagens se manifestasse sobre o aumento tarifário pretendido pelas concessionárias. E o que fez o DER?

Silenciou! Omitiu-se! Calou e nós estamos denunciando!

Várias foram as pseudotentativas do Governo de pôr fim ao pedágio no Paraná. A primeira delas foi anunciar em junho de 2003 a intervenção nas concessionárias; anunciou em um dia e no mesmo dia cancelou a intervenção. Depois quis da Assembléia Legislativa uma autorização para promover a encampação do -pedágio; a Assembléia deu a autorização e o Governo, por total incompetência, não conseguiu encampar o pedágio. Depois o Governo veio com a história da desapropriação das ações das concessionárias; perdeu na Justiça e desistiu da desapropriação. Depois o Governo veio com a caducidade dos contratos das concessionárias, que implica em dizer que as concessionárias que estivessem inadimplentes teriam efetivamente, por descumprimento contratual, denunciado esses contratos de concessão e o Governo ficaria desobrigado de permanecer com a concessão para essas estradas; e efetivamente, mais uma vez, na caducidade o Governo também perdeu na Justiça.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Durval, eu ouvia o seu pronunciamento com atenção mas há um ponto que tem que ser levado em consideração. Nós estamos com tantas denúncias não esclarecidas por este Governo e V. Exa. fez mais uma, e talvez não tenha se apercebido da gravidade. Ora, o DER não se manifestou em tempo hábil do preço do reajuste do pedágio?

**O SR. DURVAL AMARAL**

Exatamente. O que vai acontecer? O Governo não dá o aumento ou dá um aumento menor, as concessionárias vão para a Justiça e em função de uma irregularidade, porque o próprio DER descumpriu uma determinação contratual, a Justiça concede o reajuste e fica tudo acertado, tudo combinado, parece, entre o DER e as concessionárias.

É extremamente grave esta denúncia, o DER não tomou a providência!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário da Liderança do Governo com a palavra Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, quero dizer que a cláusula que determina o prazo de cinco dias para que o DER se posicione, primeiro é uma cláusula absurda dando apenas cinco dias, e é uma cláusula nula, já considerada pela Justiça do Paraná, portanto hoje dia 30 é o prazo que se encerra para que o DER tome a sua posição e já tomou: o DER já colocou a sua posição dizendo: O reajuste que o Governo pode e deve dar o que é dentro do índice da inflação e não passa de 10%.

Por isso muito eu estranho a Oposição chegar aqui e fazer este tipo de alarido. Tem-se até a impressão que a Oposição está a favor do aumento do pedágio. Este pedágio que eu quero, mais uma vez reafirmar, não foi criado no Governo Requião, foi criado no Governo do ex-Governador Jaime Lerner, destes que hoje aqui são oposição, com apoio inclusive.

Portanto, o nó jurídico está no pedágio muito bem amarrado, este nó que está se tentando desatar na Justiça, porque é lá que tem que ser feito e é lá que as brigas têm que continuar porque não há acordo entre o Governo do Paraná e as concessionárias, não há acordo em reajuste porque não podemos permitir um reajuste maior do que o índice da inflação. Quem está pleiteando, como eu ouvi aqui atrás: pleitear qualquer um pode. Se elas querem 40% como foi dito, desconheço, como foi dito pelo Deputado da Oposição que muito bem conhece os índices das concessionárias, com certeza não será aceito pelo Governador Requião!

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Stica, concordo plenamente com o Deputado Durval Amaral hoje Líder da Oposição nesta Casa, mas até 2002 Líder do Governo Jaime Lerner, também nesta Casa, que o Governador Requião também não cumpriu uma das suas principais propostas de campanha que era a redução do pedágio. Agora, não foi por vontade do Governador, o Paraná inteiro acompanha a luta que o Governador trava na Justiça para reduzir o pedágio.

São cinco frentes judiciais: a desapropriação, a intervenção, a encampação... de todas as formas o Governador Requião tenta reduzir o pedágio mas não consegue, por quê? Porque o Governo anterior, o Governo Jaime Lerner, do qual o Deputado Durval Amaral era o Líder, e que implantou o pedágio no Paraná, amarrou de forma jurídica muito competente, da forma mais eficiente para impedir que hoje o Governo Requião consiga desatar esse nó.

É verdade, o Governador Requião, quando prometeu reduzir o pedágio, não estava brincando, mas não

sabia que o governo anterior, que tinha colocado o pedágio no Paraná, que é o pai e a mãe do pedágio no Paraná, o Governo Jaime Lerner, na verdade, teria feito um nó jurídico que tenha custado tanta dificuldade para este governo desatar.

Então hoje é fácil falar. Ontem, aplaudiram; hoje é fácil jogar pedras em quem, com tanta força, tenta resgatar essa tristeza, essa situação de maldade que o pedágio faz no Paraná, cobrando um preço mais caro do mundo e eu vejo nas galerias, algumas faixas do litoral do Paraná que reclamam da redução do pedágio, mas não é só o litoral, é o Paraná inteiro.

Infelizmente o Governo está tendo essa dificuldade, mas está buscando com todo o empenho, resolver a situação daqueles que fizeram errado lá atrás, que estragaram a economia lá atrás e que deixaram uma herança malvada, triste, pesada para que o Governador Requião pudesse hoje estar carregando, mas vamos resolver este problema.

Confio no Governador Requião e ele, com certeza, até o final do seu governo, vai reduzir esse pedágio para aliviar as costas do povo do Paraná.

O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado, Deputado Nereu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu pediria ao Deputado Stica, já que seu tempo está esgotado, volto a afirmar, como afirmei ao Deputado Durval Amaral, que temos mais duas Sessões. Eu pediria a compreensão de V. Exa.

O SR. NATÁLIO STICA

Concluo, Sr. Presidente.

Acabei de falar com o Dr. Sérgio Botto e ele me confirmou a informação que passou, que esse prazo de cinco dias não é constitucional, portanto, hoje é o prazo final. Foram notificadas todas as empresas e o DER está dando a tabela do reajuste do governo que é em cima da inflação apenas.

E mais ainda, o Dr. Sérgio se coloca à disposição dos Srs. Deputados para vir a esta Casa esclarecer a tabela que vai ser publicada no dia de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 107-04-GAB.SECS, subscrito pelo Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, constante do expediente, comunicando que, devido a um compromisso previamente agendado em Porto Alegre que não foi possível adiar, impediu-o de compare-

cer a este Poder Legislativo. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2119, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que define direitos dos agentes comunitários de saúde do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 729/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os Municípios do Estado do Paraná deverão encaminhar para a Secretaria de Estado da Saúde cópia dos documentos que comprovam o pagamento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal aos agentes comunitários de saúde, tais como: registro na carteira de trabalho e previdência social, holerites de pagamento de férias e décimo-terceiro salário, guias de recolhimento da previdência social, fundo de garantia por tempo de serviço, insalubridade e/ou risco de vida.

Art. 2º - No caso dos municípios não encaminharem a documentação especificada no artigo 1º, a Secretaria de Estado da Saúde, após deliberação da Comissão Intergestora Bipartite e do Conselho Estadual de Saúde, encaminhará ao Ministério da Saúde e ao Fundo Nacional de Saúde, o descredenciamento do Município do Programa de Agentes Comunitários de Saúde até que a documentação seja apresentada.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2004, que altera os dispositivos de que trata o artigo 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003 (cargos de Agente de Aviação). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 251/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Para fins de incidência do limite máximo de que trata o artigo 7º, da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da vigência da Lei nº 14.077 de 04 de julho de 2003.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 367/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2004, que objetiva dar nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 12.377, de 28.12.98 (Conselho Penitenciário). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 367/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O *caput* do artigo 3º, da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, alterado pela Lei nº 12.377, de 28 de dezembro do mesmo ano, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná será composto por dezessete membros e respecti-

vos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Lar do Menor São Vicente de Paulo, do Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Creche Criança Feliz, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Creche Pequeno Cidadão do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Creche Serra dos Dourados do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Creche Sagrada Família de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2004, de autoria a Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública Estadual a Casa de Passagem Bem-Me-Quer, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Reg-

imento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Nesta discussão é para oferecimento de emendas conforme parágrafo 1º do artigo 224 do Regimento Interno.**

Damos por encerrado o recebimento de emendas. **Encaminha-se para a Comissão Executiva para os devidos pareceres.**

EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/2004 REFERENTE AO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Propõe-se a supressão do espaço antes de vírgula na primeira linha do artigo 4º, parágrafo 9º.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Propõe-se a readequação da ordem de parágrafos, pois o artigo 10 tem dois parágrafos 3ºs.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

É necessário que a ordem dos parágrafos obedeça a linha crescente.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Propõe-se que o artigo 18, inciso X, do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 18 - ...

X - conferir caráter jurídico-normativo a pareceres da Procuradoria da Assembléia, tornando-os cogentes para a administração.”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita mais apropriada, indicada pela normatização ortográfica vigente.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Propõe-se que a supressão do espaço antes de vírgula, na terceira linha do artigo 37, inciso I, do Projeto.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Propõe-se que o artigo 108 do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 108 - ...

§ 3º - É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Propõe-se que o artigo 112 do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 112 - Se no edifício da Assembléia se perpetrar algum delito (...).

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Propõe-se que o artigo 117, parágrafo 7º do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 117 - ...

§ 7º - Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela comissão competente.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Propõe-se que o artigo 120 do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 120 - A Assembléia poderá decidir a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 09

Propõe-se que o artigo 159 do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 159 - A votação complementa o turno regimental da discussão”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 10

Propõe-se que o artigo 199, parágrafo 1º do Projeto seja retirado o espaço que há antes da vírgula na terceira linha.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 11

Propõe-se que o artigo 200, parágrafo 5º do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 200 - ...

§ 5º - Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte Sessões.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 12

Propõe-se que o artigo 240, inciso III do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 240 - ...

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 13

Propõe-se que o artigo 239 do Projeto passe a ter a seguinte redação:



“Art. 239 - No exercício do mandato, o deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, (...)”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 14

Propõe-se que o artigo 258 do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 258 - O processo disciplinar regulamentado neste Regimento não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Neivo Beraldin, Elza Correia, Elio Rusch, Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Regimento, e não Código.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 15

Propõe-se que o artigo 233 do Projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 233 - A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, (...)”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch, Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

O correto é Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 16

O artigo 12 do Projeto de Resolução nº 015/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 - Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a três Deputados.

.....

§ 4º - O Partido com bancada inferior a três Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º -...”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) NELSON TURECK, RATINHO JÚNIOR, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ NISHIMORI, CIDA BORGHETTI, AILTON ARAÚJO, RENATO GAÚCHO, PASTOR EDSON PRACZYK, VALDIR ROSSONI, DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Modificativa visa ampliar a participação democrática de Partidos Políticos com uma representação de no mínimo três deputados com assento nesta Casa de Leis, buscando com a referida Emenda uma igualdade na exposição do posicionamento da Liderança no uso da palavra em Plenário, não somente a uma única vez por semana.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 17

Ao Projeto de Resolução nº 015/2004 que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.”

Adite-se ao artigo 30, inciso com o seguinte teor:

“Inciso... - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A criação de uma Comissão Permanente com esta natureza insere a Assembléia Legislativa do Paraná na constante defesa dos direitos daqueles que se encontram em especial estado de desenvolvimento.

É o futuro da nação que está em jogo.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 18

Ao Projeto de Resolução nº 015/2004 que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.”

Adite-se ao artigo 33, parágrafo, com o seguinte teor:

“§ ...- À Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente compete manifestar-se sobre as proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

É inegável a importância da defesa dos direitos das crianças e adolescentes da nação brasileira. A defesa dos seus direitos e adoção de políticas que combatam todo tipo de exploração deve ser preocupação de todos os setores da sociedade.

A atuação da Assembléia Legislativa do Paraná em muito contribuirá neste processo.

A criação de uma Comissão Permanente é clara manifestação da Assembléia Legislativa neste processo.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 19

Ao Projeto de Resolução nº 015/2004 que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.”

Adite-se ao artigo 30, inciso com o seguinte teor: “Inciso...- Comissão de Participação Legislativa.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal assegurou a todos os cidadãos o direito a participar do processo legislativo. A participação apenas pelos projetos de lei de iniciativa popular mostra-se insuficiente. É preciso criar novos mecanismos de participação popular.

Com a criação da Comissão de Participação Legislativa, já existente na Câmara dos Deputados e Câmara Municipal de Curitiba, assegura-se aos cidadãos o direito de proporem leis.

A Comissão terá por competência receber as proposições populares, analisar sua admissibilidade e encaminhá-las às demais comissões permanentes.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 20

Ao Projeto de Resolução nº 015/2004 que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.”

Adite-se ao artigo 33, parágrafo, com o seguinte teor:

“§ ...- À Comissão de Participação Legislativa compete o recebimento e processamento de pareceres e sugestões legislativas, apresentadas por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, inclusive entidades de classe, excetuadas organizações internacionais, os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa do Paraná, órgãos e entidades da Administração Pública. Compete ainda à Comissão de Participação Legislativa analisar a admissibilidade das proposições apresentadas e remetê-las às demais comissões permanentes.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

Desta forma ampliam-se as possibilidades de participação popular na elaboração legislativa, sem que ocorra a supressão das prerrogativas dos Parlamentares.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 21

Ao Projeto de Resolução nº 015/2004 que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.”

Adite-se ao artigo 30, inciso com o seguinte teor:

“Inciso...- Comissão de Serviço Público.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A Comissão Permanente de serviço Público terá como objetivo analisar o mérito de todas as proposições que tratem de matéria atinente ao serviço e servidores públicos.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 22

Adicione-se inciso IV ao artigo 30, renumerando-se os demais e adicione-se parágrafo ao artigo 33, passando os mesmos a vigorarem com as seguintes redações:

“Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição e Justiça e Redação;

III - Comissão de Finanças e Tomada de Contas;

IV - Comissão de Orçamento;

V - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, Turismo e do MERCOSUL;

VI - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VII - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VIII - Comissão de Segurança Pública;

IX - Comissão de Saúde Pública;

X - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, Terras, Imigração e Colonização;

XI - Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa;

XII - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de onze membros.”

“Art. 33 - Cade às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 12 - À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a Proposta de Orçamento - Programa, Orçamento - Plurianual de Investimentos do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando-se, na sua falta o Projeto de Lei Orçamentária à base do orçamento em vigor; fiscalização de execução do orçamento; e abertura de crédito”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) ADEMIR BIER  
MARCOS ISFER

Apoioamento:

Elza Correia, Ratinho Júnior, Reni Pereira.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 23

Adite-se inciso e parágrafo ao artigo 30, ficando da seguinte forma:

“Art. 30 -...

(...)

XII - Comissão de Serviço Público.

(...)

§ 12 - À Comissão de Serviço Público compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha relação com serviço público, bem como outras atividades concernentes ao serviço público.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

Considerando as variadas demandas encaminhadas ao Poder Legislativo por parte dos servidores públicos do Estado, faz-se necessário uma Comissão Permanente para atendê-las.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 24

Fica alterada a redação do artigo 118 e seu parágrafo 3º, do Projeto de Resolução 15/2004, conforme segue:

“Art. 118 - As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário na mesma Sessão em que forem protocoladas, e ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a voto, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação”.

§ 1º -...

...

§ 3º - Independem de apoioamento, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador do Estado e do Chefe do Poder Judiciário, e as que vierem assinadas por cinco Deputados, pelo menos.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO,

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 25

Fica alterada a redação do artigo 190 do Projeto de Resolução 15/2004, conforme segue:

“Art. 190 - Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa deste Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou do Poder Executivo, serão enviados à sanção, acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações, no prazo máximo de 10 dias contados da sua aprovação definitiva em plenário”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI

#### EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 26

Altera, no Projeto de Resolução nº 15/2004, a redação do parágrafo 3º do artigo 10, e acresce-lhe parágrafo 6º, conforme segue:

“Art. 10 -...

...

§ 3º - Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de 06 (seis) Deputados;

...

§ 6º - os Blocos Parlamentares deverão ser formalizados à Mesa Executiva desta Casa, na atual legislatura em 30 (trinta) dias após a data de publicação do presente Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, BARBOSA NETO

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 27

Propõe-se que o artigo 11 seja excluído, tendo em vista que é inconstitucional.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) RAFAEL GRECA, NEIVO BERALDIN, ELZA CORREIA, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Um dispositivo de um Regimento Interno não pode confrontar com a Constituição Federal, visto que a mesma é hierarquicamente superior a qualquer outra legislação.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 28

Acrescenta ao artigo 117, o parágrafo 8º, que dispõe:

“§ 8º - Quando apresentadas à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo em duas vias no ato, contendo a data e o horário de protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) ÂNGELO VANHONI, NATÁLIO STICA, PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, HERMES FONSECA, PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível que em pleno século XXI, não exista nesta Casa de Leis um sistema de protocolização que proporcione aos Parlamentares a oportunidade de acompanhar suas proposições desde a entrega à Mesa.

A presente Emenda visa garantir um acompanhamento mais seguro dos projetos, emendas, indicações e requerimentos apresentados em plenário.

Com um número de protocolo já na entrega do documento à Mesa, o acompanhamento do processo legislativo por parte do Parlamentar e do cidadão comum se tornará mais transparente e mais confiável. É por isso que este Deputado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, pretendendo garantir lisura e transparência aos atos do Poder Legislativo, apresenta a presente Emenda.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 29

Modifique-se o artigo 186, ficando da seguinte forma:

“Art. 185 - Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência as mensagens enviadas pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Natálio Stica, Tadeu Veneri, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni, Pedro Ivo Ilkiv

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda é para dar a devida importância às mensagens enviadas pelo Executivo.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 30

Adicione-se o Parágrafo Único ao artigo 143, que fica da seguinte forma:

“Parágrafo Único - De uma a outra discussão o intervalo não poderá ser menor que de vinte e quatro horas.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Tadeu Veneri

JUSTIFICATIVA:

O presente Parágrafo Único fazia parte do antigo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, no entanto esse mesmo parágrafo encontrava-se no artigo número como 143. Talvez por falha do digitador o dispositivo tenha ficado fora da nova redação. De qualquer forma, sua reinserção no texto regimental visa alimentar as discussões parlamentares e propiciar aos nobres Deputados prazo razoável para melhor reflexão sobre as matérias legislativas em votação.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 31

Modifique-se o parágrafo 21 ao artigo 51, que fica da seguinte forma:

“§ 21 - Ao projeto de lei em regime de urgência não será concedido pedido de vista, ficando o Deputado relator compromissado a encaminhar aos demais membros da Comissão cópia do parecer com 24 horas de antecedência da Sessão de leitura.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Tadeu Veneri

JUSTIFICATIVA:

Urgência não é sinônimo de segredo. O caráter urgente da matéria prejudica a possibilidade de abertura de vista ao Deputado membro da Comissão que tenha interesse na matéria, porém o encaminhamento prévio do parecer pelo relator a seus Pares de comissão deixa aberta a importante porta do diálogo e oxigena as discussões dentro das comissões. Trata-se simplesmente de manter abertos os canais democráticos dentro da Casa.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 32

Modifique-se o parágrafo 20 ao artigo 51, que fica da seguinte forma:

“§ 20 - O pedido de vista por Membro da Comissão será imediatamente concedido, sem necessidade de votação. Havendo mais de um pedido de vista, este será concedido em conjunto, pelo prazo comum de três dias, improrrogáveis.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Tadeu Veneri

JUSTIFICATIVA:

A presente redação visa assegurar a todos os Deputados, membros da Comissão, o direito de elaborar parecer ou nota tecnicamente antagônicos ao parecer do relator.

Essa medida amplia os espaços democráticos de discussão nas Comissões, obriga todos os Deputados

paranaenses a melhor fundamentar seus projetos de lei e compele os Deputados membros da Comissão a analisar com maior rigor e melhor empenho técnico a constitucionalidade das propostas legislativas, mantendo, sem embargo, a celeridade na tramitação ao prever a concessão de vista conjunta, medida esta que evita eventuais manobras de caráter meramente procrastinatório.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 33

Adicione-se o parágrafo 5º ao artigo 34, que fica da seguinte forma:

“§ 5º - Nenhum Deputado poderá ocupar simultaneamente os cargos de Presidente e Relator em duas ou mais Comissões Temporárias.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Natálio Stica, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv

JUSTIFICATIVA:

O presente parágrafo visa democratizar o rol de Deputados ocupantes das funções de Presidente e Relator, evitando a sobrecarga de trabalho de alguns Deputados e melhorando, conseqüentemente, a qualidade dos trabalhos nas Comissões Temporárias.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 34

Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 28, que fica da seguinte forma:

“§ 2º - As atribuições contidas nos incisos II e IV do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do inciso II neste parágrafo assegura a prevalência dos mandatos participativos dos Deputados e expressa mais uma vez a plena consagração dos valores democráticos esculpidos em nossa ordem constitucional.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 35

Modifica-se o artigo 19, que fica da seguinte forma:

“Art. 19 - O Presidente é o representante da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Tadeu Veneri e Natálio Stica.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Direito Administrativo brasileiro, órgão é a Presidência da Assembléia Legislativa do Paraná enquanto que seu Presidente é o representante da Casa. Trata-se puramente de melhorar a técnica legislativa de redação.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 36

Adicione-se o inciso XX no artigo 18, que fica da seguinte forma:

“XX - realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembléia Legislativa do Paraná;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente o nobre Deputado Hermas Brandão apresentou projeto de lei determinando ao Poder Executivo que disponibilizasse via internet o acesso a qualquer do povo às contas do Executivo. É imperioso que idêntica medida seja adotada pela Assembléia Legislativa do Paraná, órgão fiscalizador dos demais Poderes e que por esta razão deve dar o exemplo, apresentando de forma pormenorizada e mensal as contas da Casa, pelas vias impressa e digital a qualquer cidadão paranaense interessado.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 37

Modifique-se o inciso IX do artigo 18, que fica da seguinte forma:

“IX - propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual frente à Constituição Federal e de lei ou ato normativo estadual ou municipal frente à Constituição Estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;”

Sala das Sessões, em 28.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca e Natálio Stica.

JUSTIFICATIVA:

Os mestres constitucionalistas brasileiros ensinam que tanto a Constituição Federal quanto a Estadual podem sofrer lesões oriundas da legislação infra-

constitucional ou de atos normativos, cabendo aos órgãos jurisdicionais competentes realizar o chamado controle abstrato de constitucionalidade, extirpando do ordenamento normativo leis ou atos manifestamente inconstitucionais.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 38

Modifique-se o artigo 92, ficando da seguinte forma:

“Art. 92 - Findo o tempo da Sessão, o Presidente da encerrará anunciando a Ordem do Dia da Sessão seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às Lideranças.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

Com esta emenda se quer manter o disposto no atual Regimento Interno, de anunciar a pauta com anterioridade, para conhecimento dos Parlamentares do que se irá discutir e votar na próxima Sessão.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 39

Modifique-se o parágrafo 1º do inciso II, do artigo 84, ficando da seguinte forma:

Art. 84 - ...

(...)

II - ...

§ 1º - Poderão ser convocadas Sessões Extraordinárias entre duas Ordinárias, tantas quanto forem necessárias, desde que demonstrada a urgência e relevância da matéria.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Tadeu Veneri e Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

As Sessões Extraordinárias somente devem ser convocadas em casos especiais de relevância e urgência.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 40

Substitua-se o artigo 223 e seus parágrafos, ficando da seguinte forma:

“Art. 223 - O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por meio de projeto de resolução de iniciativa de Deputado, da Mesa, de Comissão Permanente ou de Comissão Especial para esse fim criada.

§ 1º - O projeto, após publicado e distribuído em avulsos, permanecerá na Ordem do Dia durante o prazo de três Sessões para o recebimento de emendas.

§ 2º - Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, o projeto será enviado:

I - à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em qualquer caso;

II - à Comissão Especial que o houver elaborado, para exame das emendas recebidas;

III - à Mesa, para apreciar as emendas e o projeto.

§ 3º - Os pareceres das comissões serão emitidos no prazo de dez dias, quando o projeto for de simples modificação, e de trinta dias, quando se tratar de reforma.

§ 4º - A apreciação do projeto de alteração ou reforma do Regimento obedecerá às normas vigentes para os demais projetos de resolução.

§ 5º - A Mesa fará a consolidação e publicação de todas as alterações introduzidas no Regimento antes de findo cada biênio.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

O procedimento para modificar ou reformar o Regimento Interno deve conter normas claras, como as propostas nesta emenda.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 41

Ao Projeto de Resolução nº 015/2004 que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado”.

Adite-se ao *caput* do artigo 84 *in fine*, texto com o seguinte teor:

“Art. ... - A Sessão Extraordinária pode ser convocada desde que presentes os requisitos de relevância e urgência.”

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A convocação de Sessão Extraordinária deve atender a requisitos que demonstrem sua excepcionalidade.

É importante estabelecer este requisito para evitar que as Sessões Extraordinárias sejam banalizadas.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 42

Ao Projeto de Resolução nº 015/2004, que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado”.

Adite-se ao parágrafo 1º do artigo 104, *in fine*, texto com o seguinte teor: “cabendo recurso ao plenário.”

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo 1º dá ao Presidente da Assembléia o poder para resolver definitivamente as questões de ordem.

O aditamento proposto objetiva assegurar ao Deputado que submeta ao Plenário quando inconformado com a decisão do Presidente a respeito da questão de ordem apresentada.

Assegura-se desta forma a democratização das decisões da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 43

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo ao parágrafo primeiro do artigo 29 outro inciso, conforme a seguir:

“XIII - convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 - A Assembléia depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes dentro de quinze dias.

§ 1º- Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outros:

(...)

XIII - convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERADIN

Apoiamento:

Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori e 01 ilegível.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 44

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo ao parágrafo primeiro do artigo 29 outro inciso, conforme a seguir:

“XII - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especialização;”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 - A Assembléia depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes dentro de quinze dias.

§ 1º- Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outros:

(...)

XIII - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especialização.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERADIN

Apoiamento:

Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori e 01 ilegível.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 45

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo ao inciso XVII do artigo 20, a seguinte expressão:

“(...) comunicando aos Senhores Parlamentares a pauta da próxima Sessão, pelo menos um dia antes de sua realização, ressaltando-se excepcionalmente as sessões extraordinárias.”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 - São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

(...)

XVII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte, comunicando-a aos Senhores Parlamentares no dia anterior ao de sua realização, ressaltando-se as sessões extraordinárias.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERADIN

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori e 01 ilegível.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 46

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo ao parágrafo segundo do artigo 33 outros dois incisos, conforme a seguir:

“XI - autorização para o Governador e Vice-Governador se ausentarem do país e do Estado;

XII - escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado, do Conselheiro e do Auditor do Tribunal de Contas.”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º - À Comissão de Constituição e Justiça e Redação compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projetos de resolução a suspensão no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias e preparar a redação final das proposições relativa às seguintes matérias e preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

(...)

XI - autorização para o Governador e Vice-Governador se ausentarem do país e do Estado;

XII - escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado, do Conselheiro e do Auditor do Tribunal de Contas.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERADIN

Apoioamento:

Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori e 01 ilegível.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 47

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda do Projeto de Lei nº 207/2004, suprimindo parte do parágrafo 3º do artigo 36, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36 - A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERADIN

Apoioamento:

Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori e 01 ilegível.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 48

Acrescente-se onde couber:

“Art. A reeleição para o mesmo cargo da Mesa será admitida exclusivamente para a legislatura 2005/2006”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoioamento:

Reni Pereira, Barbosa Neto, Jocelito Canto, Elio Rusch e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

O instituto da reeleição tem trazido sérios problemas nas mais diversas instâncias públicas. O princípio democrático exige a rotatividade e pluralidade de idéias, posições e oportunidades.

Assim, a presente emenda visa equacionar as atuais necessidades e condições com as futuras possibilidades, adequando o Regimento Interno à nova realidade do processo democrático.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 49

Propõe-se que o artigo 18 do projeto, passe a contar com o inciso XX, tendo a seguinte redação:

“Art. 18 ...

XX - homologar a constituição de comissões provisórias”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Neivo Beraldin, Elza Correia, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição de comissões provisórias devem ser homologadas, e a competência para tanto é da Mesa.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 50

Propõe-se que ao artigo 44 do projeto, seja incluído o inciso VI, com a seguinte redação:

“VI - com a licença com prazo que exceda a data prevista para encerramento dos trabalhos”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Neivo Beraldin, Elza Correia, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Ao ultrapassar o prazo previsto para encerramento dos trabalhos, é aberta nova vaga.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 51

Propõe-se que seja criado o artigo 275, com a seguinte redação:



“Art. 275 - Sempre que a Mesa julgar necessário será solicitada a consulta à OAB seccional PR”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Neivo Beraldin, Elza Correia, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

A Ordem dos Advogados do Brasil deve ser consultada sempre que a Mesa julgar necessário.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 52

Propõe-se que o artigo 5º, parágrafo 2º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - ...

§ 2º - Seja verificado o plural na palavra Vice-Presidentes.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Neivo Beraldin, Elza Correia, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Regra de escrita indicada pela normatização ortográfica vigente.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 53

“Propõe-se a supressão do artigo 7º, parágrafo 2º do projeto, pois está repetindo a redação do parágrafo 2º do artigo 5º.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Não há necessidade de dois parágrafos em artigos diferentes contendo a mesma redação.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 54

Propõe-se que o artigo 10, parágrafo 1º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 10 - ...

§ 1º - as representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum, à qual caberá competência de representá-los.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Há necessidade de saber se os Blocos Parlamentares terão alguém que os represente, assim como os partidos.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 55

Propõe-se que o artigo 25, *caput*, do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 25 - A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa Judicial e Extrajudicial da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

A defesa a ser promovida pela Procuradoria Parlamentar deve ser tanto Judicial quanto Extrajudicial.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 56

Propõe-se que o artigo 36, parágrafo 2º, do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 36 - ...

§ 2º - Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao autor para que, se possível, o retifique, cabendo desta decisão recursos para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Deve ser dada ao autor a oportunidade de retificar o requerimento, para que sejam satisfeitos os requisitos regimentais.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 57

Propõe-se que o artigo 33, parágrafo 2º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 33 - ...

§ 2º - À Comissão de Constituição, Justiça e Redação compete manifestar-se, em caráter opinativo, sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de

decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias e preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação tem competência para manifestar-se apenas em caráter opinativo, nada mais.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 58

Propõe-se que o artigo 33, parágrafo 2º, alínea “a” do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 33 - ...

§ 2º - ...

‘a’ - sempre que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída a outras comissões, cabendo impugnação do autor preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão cabe recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Ao autor não cabe recurso à Comissão de Constituição e Justiça, mas sim impugnação à mesma.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 59

Propõe-se que o artigo 25, parágrafo 2º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 25 - ...

§ 2º - A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado, da Procuradoria Geral do Estado, ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Elio Rusch, Cida Borghetti e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A Procuradoria Geral do Estado também tem competência para promover as medidas judiciais cabíveis para obter reparação.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 60

Propõe-se que o artigo 38 do projeto seja criado um novo inciso entre o I e o II, com a seguinte redação:

“ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Ao órgão de representação judicial devem ser encaminhadas as conclusões, para que o mesmo possa propor medidas para reparação.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 61

Propõe-se que o artigo 100 do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 100 - Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível, inclusive no tocante à apuração da prática de crime de responsabilidade”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

A prática do crime de responsabilidade deve ser apurada, cabendo ao Presidente da Assembléia promover a instauração do procedimento legal.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 62

Propõe-se que o artigo 109, parágrafo 1º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 109 - ...

§ 1º - Haverá lugares especiais para senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e municipais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representante do Ministério Público e funcionários”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Autoridades municipais, assim como as federais, têm direito a lugares especiais.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 63

Propõe-se que o artigo 112, parágrafo 2º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 112 - ...

§ 2º - Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, administrativo, e regulamentos policiais do Estado”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

No inquérito, as regras do processo administrativo também devem ser observadas.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 64

Propõe-se que o artigo 115, parágrafo 4º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 115 - ...

§ 4º - Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado, ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Informações que ofendem intimidade pessoal ou interesse público não podem ser tornadas públicas.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 65

Propõe-se que o artigo 117, parágrafo 4º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 117 - ...

§ 4º - A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Tratam-se de atribuições exclusivas, e não privativas.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 66

Propõe-se que o artigo 124 do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 124 - ...

Parágrafo Único - Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Os projetos não poderão ter origem na Assembléia, eles necessariamente terão.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 67

Propõe-se que o artigo 209 do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 209 - ...

Parágrafo Único - Recebida a mensagem o Presidente da Assembléia Legislativa avançará com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, a respeito da retificação proposta, bem como para sua apreciação em Plenário.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Vocabulo mais apropriado, conforme regra de português vigente.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 68

Ao Projeto de Resolução 015/2004 que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado”.

Adite-se ao artigo 97, incisos com o seguinte teor:

“I - independente de convocação, a cada 3 meses, os Secretários de Estado da Saúde e da Educação, para prestar contas das despesas realizadas com as receitas constitucionalmente vinculadas;

II - independente de convocação, o Secretário de Estado da Fazenda, para realização das audiências previstas na Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a inclusão deste dispositivo fica assegurada a abertura dos espaços para prestação de contas por parte dos mencionados Secretários de Estado.

A publicidade e a transparência das contas públicas estão previstas no artigo 37 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 10257/2001.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 69

Ao Projeto de Resolução 015/2004 que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado”.

Adite-se ao artigo 43, parágrafo com o seguinte teor:

“§ 4º - Os pareceres escritos deverão ser publicados no Diário da Assembléia com 48 horas de antecedência em relação à data e horário em que a proposição será votada em plenário.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

#### Apoioamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

#### JUSTIFICATIVA:

Com este dispositivo assegura-se aos Parlamentares que antecipadamente tenham acesso aos pareceres das comissões permanentes.

Releva destacar que esta medida ampliará o nível de conhecimento dos Deputados a respeito das proposições sob análise. A qualidade dos debates também será consequência lógica do procedimento adotado.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 70

Ao Projeto de Resolução 015/2004 que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado”.

Modifique-se o artigo 64 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64 - Não terá direito à remuneração, bem como espaço físico, ajudas de custos, ressarcimento de despesas e outras vantagens, o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

#### Apoioamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk.

#### JUSTIFICATIVA:

Na forma original da proposição apresentada, o Deputado que ocupar os cargos mencionados deixa tão-somente de receber a remuneração podendo continuar

com as demais vantagens, inclusive ressarcimento de despesas.

Parece-nos que o Deputado ocupante de cargo no Executivo deve ceder toda a estrutura ao suplente para que não se criem excessivas despesas para o Legislativo Estadual.

A emenda apresentada modifica esta situação fazendo com que a Assembléia Legislativa deixe de ter despesas com aquele que não está no efetivo exercício do mandato parlamentar.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 71

Ao Projeto de Resolução 015/2004 que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado”.

Adite-se ao artigo 101, parágrafos com o seguinte teor:

“§ ... - A Ordem do Dia será publicada no Diário da Assembléia com 24 horas de antecedência, podendo ser alterada em razão das votações ocorridas no dia da publicação da Ordem do Dia.

§ ... - O parágrafo anterior não se aplica na hipótese de convocação de sessão extraordinária realizada imediatamente após a Sessão Ordinária.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

#### Apoioamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

#### JUSTIFICATIVA:

O prazo de 24 horas entre a publicação da Ordem do Dia e a Sessão em que será votada assegura o tempo necessário à adequada preparação do Parlamentar.

Para que não se argua a impossibilidade de tal publicação em razão do horário do término da Sessão cria-se a possibilidade de alterar a Ordem do Dia.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 72

Ao Projeto de Resolução 015/2004 que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado”.

Adite-se ao artigo 33, parágrafo com o seguinte teor:

“§ ... - À Comissão de Serviço Público compete manifestar-se sobre as proposições relativas à organização, funcionamento e estrutura dos serviços públicos estaduais, bem como matérias relativas aos servidores públicos do Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) TADEU VENERI

#### Apoioamento:

Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer.

#### JUSTIFICATIVA:

A manutenção de comissão permanente do serviço público, em muito contribuirá para o estudo aprofundado das matérias atinentes ao serviço público estadual, em todos os seus aspectos.

A criação desta comissão suprirá significativa lacuna na estrutura interna da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 73

A presente Emenda Modificativa tem por objetivo alterar a redação do parágrafo 4º, do artigo 12 do Projeto de Resolução 015/2004, conforme redação a seguir:

“Art. 12 -...

...

§ 4º - O Partido com bancada inferior a três Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Nereu Moura, Tadeu Veneri.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 74

Fica alterada a redação do artigo 152 e seu parágrafo único e do artigo 153, do Projeto de Resolução 15/2004, conforme segue:

“Art. 152 - Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no artigo 148.

Parágrafo Único - Sobre a redação final, o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 153 - Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 75

Adicione o inciso IV, no parágrafo 3º do artigo 121, que fica da seguinte forma:

“IV - autorização para o Governador e o Vice-Governador se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Tadeu Veneri, Natálio Stica.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente inciso fazia parte do antigo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e encontrava-se insculpido precisamente no inciso I, do parágrafo 3º do artigo 122. No entanto, esqueceu-se o autor do novo Regimento Interno de inserir este item que se coaduna perfeitamente ao artigo 86 da Constituição Estadual.

#### EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 76

Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 33 e suprima-se a alínea a do mesmo parágrafo, ficando da seguinte forma:

“Art. 33 -...

...

§ 2º - À comissão de Constituição e Justiça e Redação compete, manifestar-se, sobre todas as proposições sujeitas à apreciação, através de pareceres conclusivos, juridicamente fundamentados, analisando o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa, preparar a redação final das proposições, e, quanto ao mérito, manifestar-se sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

...”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Padre Paulo Campos.

#### JUSTIFICATIVA:

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é eminentemente técnico, discutido exaustivamente, inclusive com oportunidade de vistas e voto em separado, portanto, deve ser terminativo, como bem dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em seu artigo 54.

#### EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 77

Fica alterada a redação do artigo 20, seu inciso XVII e acrescido, na seqüência, novo inciso a este mesmo artigo, do Projeto de Resolução 15/2004, renumerando adequadamente os incisos seguintes da redação original, conforme segue:

“Art. 20 - São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia e:

I -...

...

XVII - organizar, ouvidas as Lideranças regimentalmente constituídas nesta Casa, a agenda com a pre-

visão das proposições em condições regimentais para serem apreciadas em Plenário no mês subsequente.

XVIII - designar a Ordem do Dia das Sessões, na conformidade da agenda mensal.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 78

Ficam acrescentados novos incisos ao parágrafo 3º do artigo 131, do Projeto de Resolução 15/2004, conforme segue:

“Art. 131 -...

§ 1º -...

...

§ 3º -...

I -...

...

IX - dispensa de interstício para inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

X - regime de urgência.”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 79

Fica alterada a redação do artigo 38 e inciso I do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 38 - Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará à Presidência da Casa relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de 5 (cinco) Sessões, contadas do seu recebimento, faça publicar no Diário da Assembléia, e o encaminhe:

I - à Mesa Executiva para as providências de alçada desta e submissão do relatório ao Plenário para discussão e votação, dentro de cinco Sessões, contadas do recebimento do relatório pela Mesa e, conforme o caso, apresentação de Proposta de Emenda Constitucional, de Projetos de Resolução, de Lei, de Decreto Legislativo ou de Indicação, os quais, cumpridos os prazos regimentais para emissão de parecer pelas comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos os pareceres em questão;

...

Parágrafo Único - O prazo previsto no *caput* deste artigo não flui durante o recesso parlamentar.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, BARBOSA NETO, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 80

Fica alterada a redação do parágrafo 1º, do artigo 5º e suprimido seu parágrafo 2º, renumerando-se o parágrafo 3º como parágrafo 2º, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 5º - ...

§ 1º - Na segunda sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, realizar-se-á a eleição do Presidente, dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários.

§ 2º - ...

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e ELIO RUCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 81

Fica alterada a redação do parágrafo 1º do artigo 7º e suprime-lhe o parágrafo 2º, renumerando o parágrafo 3º como parágrafo 2º, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 7º - ...

§ 1º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição dos membros da Mesa.

§ 2º - ...

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 82

Acresce incisos ao artigo 8º do Projeto de Resolução nº 15/2004, sendo que o primeiro deverá ser numerado como inciso I e o segundo incluído onde melhor couber, renumerando os incisos da redação original sequencialmente, conforme segue:

“Art. 8º - ...

I - registro, junto à Mesa, de candidatos que individualmente ou previamente indicados pelas bancadas dos Partidos ou dos Blocos Parlamentares concorram aos cargos que, de acordo com o princípio da representação proporcional, tenham sido distribuídos a esses Partidos ou Blocos Parlamentares.

II - ...

... - acompanhamento dos trabalhos de apuração, junto à Mesa, por dois ou mais Deputados indicados à Presidência por Partidos ou Blocos Parlamentares diferentes e por candidatos avulsos;”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 83

Altera a redação dos incisos II, IV, V, VI, X, XI, XII, do artigo 8º, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 8º - ...

II - cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do candidato e o cargo a que concorre, ou a chapa completa dos candidatos, desde que decorrente de acordo partidário, permitindo-se a um mesmo Parlamentar figurar em mais de uma chapa;

IV - colocação das sobrecartas em quatro urnas, à vista do Plenário, duas destinadas à eleição do Presidente e as outras duas à eleição dos demais membros da Mesa, se não houver partidário para eleição da Mesa mediante chapa de candidatos;

V - o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas das urnas, em primeiro lugar as destinadas à eleição do Presidente; conta-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, abri-las-á e separará as cédulas pelos cargos a preencher;

VI - leitura, pelo Presidente, dos nomes dos demais votados;

...

X - redação, pelo Secretário, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

XI - realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados para cada cargo, quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta;

XII - eleição do candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate;”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 84

Suprime os parágrafos 2 e 3º do artigo 159, do Projeto de Resolução nº 15/2004, renumerando seqüencialmente os parágrafos seguintes.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, ELIO RUSCH e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 85

Fica alterada a redação do inciso I, do artigo 90 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 90 - ...

I - trinta minutos para discussão e votação da ata da Sessão anterior, leitura do Expediente, dos pareceres das Comissões, das Mensagens dos demais Poderes, do Tribunal de Contas, dos projetos deste Poder, das indicações e dos requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA ADITIVA E SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 86

Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 84, do Projeto de Resolução nº 15/2004, suprime-lhe o parágrafo 2º, e renumera o parágrafo 3º como parágrafo 2º, conforme segue:

Art. 84 - ...

§ 1º - Não poderá ser convocada mais de uma sessão extraordinária entre duas sessões ordinárias.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA ADITIVA E SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 87

Suprime o artigo 184, do Projeto de Resolução nº 15/2004, renumerando seqüencialmente os seguintes.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 88

Fica alterada a redação do XXVII, do artigo 20 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 20 - ...

I - ...

...

XXVII - resolver todas as questões de ordem que ocorrerem durante as sessões;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI,

BARBOSA NETO, ELIO RUSCH e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 89

Fica alterada a redação parágrafo 2º, do artigo 93 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 93 -...

§ 1º -....

§ 2º - Se algum Deputado achar conveniente a inclusão na Ordem do Dia de qualquer proposição, poderá solicitá-la por escrito ao Presidente.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, ELIO RUSCH

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 90

Fica alterada a redação parágrafo 1º, do artigo 158 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 158 -...

§ 1º - Ao projeto em regime de urgência será admitido adiamento por uma única sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por Líderes que representem esse número de Parlamentares;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 91

Ficam acrescidos novos incisos ao parágrafo 3º, do artigo 131 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 131 -...

§ 1º -....

...

§ 3º -...

I -...

...

IX - dispensa de interstício para inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

X - regime de urgência.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, ELIO RUSCH

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 92

Suprime a redação parágrafo 2º, do artigo 131 do Projeto de Resolução nº 15/2004, os incisos I, III e XII.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 93

Propõe-se que o artigo 229 do projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 229 - A delegação do Governador terá forma de resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para seu exercício.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch, Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

O prazo também deve ser especificado.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 94

Propõe-se que o artigo 242, inciso I do projeto não seja analisado por este Regimento, por não ser sua competência:

“Art. 242 - ...

I - praticar abuso do poder econômico ou político no processo eleitoral.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch, Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Esta disposição não é competência deste Regimento.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 95

Propõe-se que o artigo 254 do projeto passe a ter a seguinte redação:

“Art. 254 - É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo, dele tendo vistas sempre que solicitar.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch, Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

O advogado, ao fazer uma defesa, tem direito de fazer vistas do processo sempre que se fizer necessário.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 96



Fica acrescido parágrafo único, onde couber, no artigo 9º, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 9º -...

I -...

...

Parágrafo Único - Será considerado vago o cargo da Mesa Executiva quando o Deputado deixar o partido pelo qual foi indicado, devendo respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante para nova eleição.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 97

Propõe-se que o artigo 42 do projeto seja excluído o parágrafo único.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Neivo Beraldin, Elza Correia, Elio Rusch, Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

O direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar não compete ao Presidente.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 98

Modifique-se o inciso I do artigo 156, ficando da seguinte forma:

“Art. 156 -...

I - na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida por seis oradores;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Natálio Stica, Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

A redação deste inciso não é clara quando se refere à sessão anterior à primeira discussão, assim, esta emenda tenta determinar um critério que defina as possibilidades de encerramento de discussão.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 99

Adicione-se o parágrafo 22 ao artigo 51, que fica da seguinte forma:

“§ 21 - Somente poderá ser pedido regime de urgência aos que visem atender a relevante interesse social nas áreas de segurança, moradia e seguridade social.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni, Pedro Ivo Ilkiv, Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa limitar o rol de matérias susceptíveis reservando esse privilégio de tramitação as matérias de interesse social.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 100

Propõe-se que o artigo 33, parágrafo 2º, seja acrescida a alínea ‘b’ do projeto com a seguinte redação:

“Art. 33 - ...

§ 2º - ...

b - a Comissão de Constituição e Justiça e redação não tem competência para determinar o arquivamento dos projetos que apreciar”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Neivo Beraldin, Elza Correia, Elio Rusch, Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

O arquivamento dos projetos apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação não é competência desta, devendo ficar claro no presente projeto.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 101

Fica alterada a redação do parágrafo 2º, do artigo 49 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 49 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Só os Deputados, ou autoridades convidadas ou convocadas, conforme deliberado, poderão assistir às reuniões secretas.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 102

Propõe-se que no artigo 46, parágrafo 2º do projeto, passe a ter a seguinte redação:

“Art. 46 - ...

§ 2º - somente os Deputados e, quando convidados, os Secretários de Estado e o Governador, poderão assistir às reuniões secretas.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Elza Correia, Neivo Beraldin, Elio Rusch e Cida Borghetti.

## JUSTIFICATIVA:

O Governador do Estado também poderá assistir às reuniões secretas, devendo ser esclarecido no dispositivo.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 103

Fica acrescido novos incisos ao artigo 20, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 20 - ...

I - ...

... - convocar e reunir, periodicamente, sob sua presidência, os Líderes e os Presidentes de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 104

Fica acrescido parágrafo 3º, do artigo 29 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 29.....

§ 1º - .....

.....

§ 3º - As modificações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares que importem modificações da proporcionalidade partidária na composição das Comissões, só prevalecerão a partir da sessão legislativa subsequente.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 105

Fica alterada a redação do inciso III, do artigo 50 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 50 .....

I - .....

.....

III - distribuição da matéria aos relatores, observada alternância entre seus membros;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSONI.

## EMENDA ADITIVA E SUPRESSIVA

## DE PLENÁRIO DE Nº 106

Acresce parágrafos ao artigo 51, do Projeto de Resolução nº 15/2004, preferencialmente na sequência do seu parágrafo 5º, altera a redação do parágrafo 8º, bem como, suprime do seu texto os parágrafos 9º e 20, conforme segue:

“Art. 51 - ...

§ 1º - ...

.....

§ ... - A qualquer dos membros da Comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da Proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado, por escrito, se assim o desejar.

§ ... - Se a vista for solicitada por mais de um Deputado esta será concedida pelo mesmo e simultâneo prazo concedido ao primeiro solicitante.

§ ... - Ao projeto de Lei em Regime de Urgência será concedida vista pelo prazo, improrrogável, de um dia.

§ 8º - Em havendo Voto em Separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o Parecer do Relator, será o voto divergente submetido à votação, na mesma sessão e, se aprovado pela maioria, será adotado como Parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no inciso anterior;

.....

§ ... - Esgotado o prazo destinado ao Relator, o Presidente da Comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas sessões, se em regime de urgência, e de cinco sessões, se em regime de tramitação ordinária.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 107

Altera, no Projeto de Resolução nº 15/2004, a redação do artigo 6º e acresce-lhe incisos, conforme segue:

“Art. 6º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos e na composição desta será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares, os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos que, de acordo com o mesmo princípio, lhes caiba prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas, observadas as seguintes regras:

I - a escolha será feita na forma prevista no estatuto de cada Partido ou conforme o estabelecer a própria bancada e, ainda segundo dispuser o ato de constituição do Bloco Parlamentar;

II - em caso de omissão, ou se a representação não fizer a indicação, caberá ao respectivo Líder fazê-la.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 108

Acresce parágrafo 3º, ao artigo 148, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 148 - ...

§ - ...

§ 3º - Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor dela ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo anterior.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 109

Fica alterada a redação do 117 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 117 - Proposição é toda matéria sujeita a deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em avulsos, para serem distribuídos aos Deputados, às Lideranças e às Comissões.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 110

Fica alterada a redação do 106 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 106 - Serão registradas em livro próprio e publicadas anualmente, em avulso do Diário da Assembléia, todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 111

Fica alterada a redação do parágrafo 4º, do artigo 104 e do 105 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 104 - .....

§ 1º - .....

.....

§ 4º - Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar “pela ordem” para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância de disposição expressa no Regimento Interno, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão;

§ 5º - ...

Art. 105 - O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar “pela ordem” mas poderá cassá-la, desde o que o orador não indique, desde logo, o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 112

Fica alterada a redação do parágrafo 6º do artigo 91 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 91 - .....

§ 6º - Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na sessão e os adiados da sessão anterior, ficando destinado às explicações pessoais o tempo restante da Sessão.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, ELIO RUSCH e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 113

Acresce ao artigo 115, parágrafo 7º, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 115 .....

.....

§ 7º - Os pedidos de retificação da ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 114

Acresce ao artigo 89, parágrafo único do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 89 .....

Parágrafo Único - O Deputado que pretender retificar a ata enviará à Mesa declaração escrita. Essa declaração será inserta em ata, e o Presidente dará, se julgar conveniente, as necessárias explicações pelas quais a tenha considerado procedente, ou não, cabendo recurso ao Plenário.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 115

Acresce novos artigos à seção VI - Das Vagas e dos Impedimentos - do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art... - Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão quando se debater e votar matéria da qual seja Autor ou Relator.

Art... - Não poderá o Autor de proposição ser dela Relator, ainda que substituto.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 116

Altera redação do inciso IV do artigo 23 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 23 - ...

I - ...

...

VI - fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa, para apresentá-las oportunamente;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e ELIO RUSCH.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 117

Acresce ao artigo 41 do Projeto de Resolução nº 15/2004, novos parágrafos, remunerando o parágrafo único como parágrafo 1º conforme segue:

“Art. 41 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão;

§ 3º - Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma indicada no parágrafo 1º deste artigo.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 118

Fica alterada a redação dos incisos III e IV do artigo 28 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 28 - ...

...

III - convocar Secretários de Estado e outras autoridades para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua competência;

IV - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado;”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e BARBOSA NETO.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 119

Fica alterada a redação do parágrafo 1º do artigo 31 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 31 - ...

§ 1º - Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada e verificando-se igual número de Deputados por Partido ou Bloco Parlamentar a escolha se dará por sorteio.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 120

Fica alterada a redação do artigo 171 do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 20 - No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de 10 minutos, cinco Deputados a

favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.

Parágrafo Único - Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor dela ou contra ela, ser-lhes-á dada à palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo 2º do artigo 148.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, BARBOSA NETO e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 121

Fica acrescido novo parágrafo, onde couber, no artigo 44, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 44 - ...

§ ... - Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão quando o Deputado deixar o Partido pelo qual foi indicado, devendo respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 122

O artigo 30 do Projeto de Resolução nº 015/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30 - ...

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de 13 membros.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) RATINHO JÚNIOR, NELSON TURECK, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ NISHIMORI, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, AILTON ARAÚJO, RENATO GAÚCHO e PASTOR EDSON PRACZYK.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Modificativa visa, com o aumento dos membros efetivos na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, ampliar a participação democrática de partidos políticos com representação nesta Casa de Leis, sem sombra de dúvidas sendo esta a Comissão Permanente de maior relevância no Poder Legislativo.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 123

Fica acrescido novo parágrafo ao artigo 15, do Projeto de Resolução nº 15/2004, conforme segue:

“Art. 15 - ...

§ 1º - ...

...

§ 5º - Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a cinco Sessões Ordinárias consecutivas, sem causa justificada.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e ELIO RUSCH.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 124

Adicione inciso III do artigo 30, renumerando-se os demais e adicione-se parágrafo ao artigo 33, passando os mesmos a vigorarem com as seguintes redações:

“Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

III - Comissão de Finanças e Orçamento;

IV - Tomada de Contas;

V - Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL;

VI - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VII - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VIII - Comissão de Segurança Pública;

IX - Comissão de Saúde Pública;

X - Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Terras, Imigração e Colonização;

XI - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais;

XII - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição, Justiça e Redação, que se compõe de onze membros.”

“Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 4º - À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta; apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 125

Modifique-se o Capítulo IV, do Título II, que fica da seguinte forma:

#### **“Capítulo IV** **Do Subsídio e da Ajuda de Custo**

Art. 57 - O subsídio dos Deputados será estabelecido no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58 - O subsídio será devido:

I - a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II - a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III - a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 - O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão do subsídio pelo número de sessões ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de quórum.

Parágrafo Único - A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 - O subsídio do Deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias, em período de recesso, será pago na mesma forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 61 - O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único - As despesas feitas, em razão de Missão Oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas na forma do artigo 62.

Art. 62 - Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de despesas imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de convocação Extraordinária.

Art. 63 - Terá direito ao subsídio o Deputado que se encontrar transitoriamente em Missão Diplomática ou Oficial, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 - Não terá direito ao subsídio o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Territórios, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Parágrafo Único - O Deputado investido nas funções descritas neste artigo não terá direito ao recebimen-

to de ajuda de custo e deverá ceder o espaço físico que ocupava na Assembléia Legislativa ao seu suplente.

Art. 65 - O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito ao subsídio e a ajuda de custo.

Parágrafo Único - O Deputado licenciado para tratamento de saúde, por mais de 120 (cento e vinte) dias, receberá durante a licença o subsídio devido, sem direito a qualquer ajuda de custo, devendo, inclusive, ceder o espaço físico da Assembléia Legislativa ao seu suplente.

Art. 66 - Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único - O mesmo ocorrerá com respeito aos 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 - O suplente convocado perceberá, a partir da posse, o subsídio e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no artigo 58.

§ 1º - O subsídio será pago proporcionalmente a partir da data da posse.

§ 2º - O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Ângelo Vanhoni, Natálio Stica, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv e Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A Redação original traz impropriamente o termo remuneração. Em conformidade com a moderna redação constitucional substitui-se o termo equivocado pelo *nomen juris* correto, qual seja, subsídio.

No artigo 60, por razões de moralidade pública e justiça social, estabelece-se apenas o pagamento das Sessões Extraordinárias realizadas durante o período de recesso.

A substituição no artigo 63 do termo Missão Cultural por Missão Oficial visa impedir eventual interpretação excessivamente ampliada.

Nas hipóteses dos artigos 64 e 65 busca-se moralizar e realizar o racional e efetivo aproveitamento dos espaços destinados aos Parlamentares suplentes.

#### **EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 126**

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda ao Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo ao parágrafo 1º do artigo 29 outro inciso, conforme a seguir:

“XIII - convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 - A Assembléia depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes dentro de quinze dias.

§ 1º - Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outros:

(...)

XIII - convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Padre Paulo Campos, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

É uma importante prerrogativa, retirada do Regimento Interno que deve permanecer para reforçar o importante papel fiscalizador da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 127

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda ao Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo ao parágrafo 2º do artigo 33 outros dois incisos, conforme a seguir:

“XI - autorização para o Governador e Vice-Governador se ausentarem do País e do Estado;

XII - escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado, do Conselheiro e do auditor do Tribunal de Contas.”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º - À Comissão de Constituição e Justiça e Redação compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projetos de resolução e suspensão no todo ou em parte, de lei de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias e preparar a redação final das proposições relativas às seguintes matérias e preparar redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

(...)

XI - autorização para o Governador e Vice-Governador se ausentarem do País e do Estado;

XII - escolha do Procurador-Geral da Justiça do Estado, do Conselheiro e do auditor do Tribunal de Contas.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Padre Paulo Campos, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná deve continuar opinando sobre questões importantes de autorizações do Poder Executivo, e escolhas de cargos de relevo no Estado e Tribunal de Contas.

É uma importante prerrogativa, retirada do Regimento Interno que deve permanecer.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 128

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda ao Projeto de Resolução nº 015/2004, incluindo ao inciso XVII do artigo 20, a seguinte expressão:

“(…) comunicando aos Srs. Parlamentares a pauta da próxima Sessão, pelo menos um dia antes de sua realização ressaltando-se excepcionalmente as Sessões Extraordinárias.”

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 - São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

(...)

XVII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte, comunicando-a aos Srs. Parlamentares no dia anterior ao de sua realização, ressaltando-se as Sessões Extraordinárias.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Padre Paulo Campos, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

Para o melhor acompanhamento dos Deputados e de suas assessorias a antecedência de um dia é muito importante.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 129

Adite-se capítulo e artigos ao artigo 25, ficando da seguinte forma:

#### “Capítulo II-A

Da Ouvidoria Parlamentar

Art. 25-A - Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

b) ilegalidade ou abuso de poder;

c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa;

II - propor medidas para sanar as violações, as liberdades e os abusos constatados;

III - propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

IV - encaminhar aos órgãos competentes as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

V - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Casa sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse.

Art. 25-B - A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral e dois Ouvidores Substitutos designados dentre os membros da Casa pelo Presidente da Assembleia, a cada dois anos, no início da sessão legislativa, vedada a recondução no período subsequente.

Art. 25-C - O Ouvidor Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I - solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Assembleia Legislativa;

II - ter vista no recinto da Casa de proposições legislativas, atos e contratos administrativos e quaisquer outros que se façam necessários;

III - requerer ou promover diligências e investigações quando cabíveis.

Art. 25-D - Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação ou de imprensa da Casa."

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Natálio Stica, Pedro Ivo Ilkiv, Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A criação da Ouvidoria Parlamentar tem por objetivo prestar um serviço aos cidadãos e entidades, bem como dar mais transparência aos trâmites legislativos.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 130

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda ao Projeto

de Resolução nº 015/2004, incluindo ao parágrafo 1º do artigo 29 outro inciso, conforme a seguir:

"XII - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especificação;"

O referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29 - A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes dentro de quinze dias.

§ 1º - Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outros:

(...)

XII - acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especialização."

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

É uma importante prerrogativa, retirada do Regimento Interno que deve permanecer para reforçar o importante papel fiscalizador da Assembleia Legislativa do Paraná.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 131

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 138, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, vem apresentar Emenda ao Projeto de Lei nº 207/2004, suprimindo parte do parágrafo 3º do artigo 36, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 - A Assembleia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos."

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Padre Paulo Campos, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

A limitação do período de funcionamento de CPI, cuja alteração do artigo impingiu, é um retrocesso, o que esta emenda visa suprimir.



No ano passado tivemos vários exemplos de CPI's que obtiveram êxito, como a do BANESTADO e da COPEL, por exemplo, e tiveram que se alongar pela complexidade envolvida, e que foram essenciais para auxiliar as investigações e apurações da Justiça.

A CPI reveste-se de importante prerrogativa, cujo período deve estender-se até completar sua finalidade, desde que não ultrapasse o período legislativo, e que ressalta o importante papel fiscalizador da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 132

Dê-se ao artigo 127 a seguinte redação:

“Art. 127 - Indicação é a proposição de qualquer Deputado ou Comissão, sugerindo a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo também objetivar o envio de sugestões ou pedidos de providências a qualquer entidade pública ou privada.

§ 1º - A Indicação será redigida por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinada pelo autor.

§ 2º - A Indicação será incluída na pauta da Sessão imediata à de sua apresentação e deferida pelo Presidente, se não houver pedido de destaque para sua discussão e votação.

§ 3º - Havendo pedido de destaque, a Indicação será submetida à discussão e votação únicas.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELZA CORREIA

Apoioamento:

Natálio Stica, Cida Borghetti, Delegado Bradock e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o Regimento Interno vigente, as Indicações, depois de lidas perante o 1º Secretário, serão despachadas obrigatoriamente às Comissões com que se relacionarem e mandadas à publicação. As Comissões têm dez dias para emitir parecer e, somente após, as Indicações são submetidas à discussão única. Na hipótese de sofrer emenda, são novamente despachadas às Comissões para parecer.

Este procedimento precisa ser modificado, a fim de imprimir maior agilidade à tramitação das Indicações, que são meras sugestões ou pedidos de providências a entidades da Administração Pública ou à iniciativa privada.

Considerando que este procedimento foi integralmente mantido pelo presente projeto, estamos propondo a presente emenda com o objetivo de eliminar a necessidade de as Comissões Permanentes emitirem parecer sobre as Indicações e de possibilitar que estas sejam deferidas de imediato pela Presidência.

Observe-se, no entanto, que a proposta não elimina a possibilidade de discussão sobre a proposição. Qualquer Deputado, desejando discutir a Indicação,

poderá pedir destaque para sua discussão e votação pelo Plenário.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 133

Adicione-se inciso XI ao artigo 30, renumerando-se os demais e adicionando-se parágrafo ao artigo 33, passando os mesmos a vigorarem com as seguintes redações:

“Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição e Justiça e Redação;

III - Comissão de Finanças e Tomada de Contas;

IV - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, Turismo e do MERCOSUL;

V - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VI - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VII - Comissão de Segurança Pública;

VIII - Comissão de Saúde Pública;

IX - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;

X - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;

XI - Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa;

XII - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de onze membros.”

“Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 9º - À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alteram o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais”.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) ELZA CORREIA

Apoioamento:

Nereu Moura, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Jodelito Canto e Dobrandino da Silva.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 134

Acrescente-se onde couber:

“Art.... - O gabinete do Deputado que assumir cargo ou função no Poder Executivo será destinado ao Suplente, assim como os cargos e outros benefícios vinculados ao mesmo.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoioamento:

Jodelito Canto, Reni Pereira, Elio Rusch e Barbosa Neto.

**JUSTIFICATIVA:**

O Deputado que assumir cargo de Secretário de Estado ou Presidente de Fundação/Autarquia, deverá ceder ao seu Suplente o gabinete e os cargos de assessoramento. Desta forma o Suplente poderá desenvolver durante o período de interinidade, ação convincente em benefício da sociedade e da região pela qual foi eleito e em consonância com os interesses do Estado.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 135**

Acresça-se aos artigos 30 e 33 do projeto em epígrafe, a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, como segue:

“Art. 30 -...

...

XIII - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.”

“Art. 33 -...

...

§ 13 - À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher compete:

I - manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher;

II - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres;

III - incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina;

IV - apoiar medidas que visem o fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para atendimento de mulheres vítimas de violência;

V - apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção social como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELZA CORREIA

**Apoioamento:**

Mauro Moraes, Natálio Stica e Dobrandino da Silva.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente Emenda tem por finalidade criar, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, que terá como missão precípua examinar e emitir pareceres sobre proposições de interesse da mulher.

Outras atribuições importantes da Comissão serão: debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; apoiar a elaboração da Política Estadual dos Direitos da Mulher e, ainda, incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina.

Enfim, a proposta de instituição de uma comissão especializada com essas atribuições visa, fundamentalmente, incentivar a execução de políticas públicas que ofereçam à mulher condições plenas para o exercício de seus direitos.

Além disso, a criação da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, no âmbito desta Casa, atende a uma solicitação da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais. Conforme ficou decidido na VIII Conferência Nacional dos Legisladores Estaduais, a UNALE terá em sua estrutura uma Secretaria de Mulheres, que será integrada pelas presidentes das Comissões Permanentes dos Direitos da Mulher dos Estados.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 136**

Acresça-se aos artigos 30 e 33 do projeto em epígrafe, a Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia, como segue:

“Art. 30 -...

...

XIII - Comissão de Ciência e Tecnologia.”

“Art. 33 -...

...

§ 12 - À Comissão de Ciência e Tecnologia compete:

I - manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, à sistematização, à aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos;

II - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual em favor do desenvolvimento científico e tecnológico;

III - promover estudos, debates e projetos que visem à identificação das necessidades urbanas e ao aproveitamento das potencialidades do Estado;

IV - apoiar medidas que visem o fortalecimento e à ampliação da base técnico-científica do Estado, constituída de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico;

V - apoiar a elaboração da Política Estadual de Ciência e Tecnologia.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ELZA CORREIA

**Apoioamento:**

Natálio Stica, Ademir Bier, Mauro Moraes e Dobrandino da Silva.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente tem por finalidade criar, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia, que terá como missão precípua o exame de proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e

institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, à sistematização, à aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Outras atribuições importantes da Comissão serão; debater, orientar, apoiar, e fiscalizar a atuação do poder público estadual em favor do desenvolvimento científico e tecnológico; apoiar a elaboração da Política Estadual de Ciência e tecnologia e, ainda, promover estudos, debates e projetos que visem à identificação das necessidades urbanas e ao aproveitamento das potencialidades do Estado.

Enfim, a proposta de instituição de uma comissão especializada em ciência e tecnologia visa, fundamentalmente, a criar condições e contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Estado e, desse modo, melhorar as condições de vida da população no que se refere aos padrões de saúde, educação, emprego, habitação, transporte e ambiente.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 137

O artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII:

“Art. 30 -...

XII - Comissão de Legislação participativa, que compete manifestar-se sobre:

a) Dar encaminhamento às sugestões de proposições encaminhadas por entidades da sociedade civil, como sindicatos, órgãos de classe, associações e organizações não-governamentais, exceto partidos políticos e organismos internacionais.

b) Pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea ‘a’.

c) As sugestões de iniciativa Legislativa que, observado o disposto nos parágrafo 2º do artigo 118, receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição legislativa de sua iniciativa, que será encaminhada à Mesa para tramitação.

d) Não podem ser apresentadas sugestões de Proposta de Emenda Constitucional, nem de Requerimento de criação de Comissões Parlamentares de Inquérito, nem de Proposta de Fiscalização e Controle.

e) Aplicam-se à apreciação das sugestões pela Comissão de Legislação Participativa, no que couber, a disposição regimental relativas ao trâmite dos projetos de lei nas Comissões.”

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoiamento:

Nereu Moura, Mauro Moraes e Ailton Araújo.

JUSTIFICATIVA:

A criação da Comissão de Legislação Participativa surge da necessidade de se criar um canal direto com a sociedade civil organizada. O nosso sistema de represen-

tativo democrático nem sempre possibilita que determinados temas sejam trazidos ao Parlamento da forma como a sociedade gostaria de apresentá-lo por razões técnicas e operacionais. A forma de participação popular garantida em nossa Carta Magna terá como um portal de acesso da sociedade paranaense na Comissão de Legislação Participativa. Queremos com isso possibilitar ao cidadão de nosso Estado a possibilidade de usufruir mais uma forma de produção de normas que integram o ordenamento jurídico do nosso Estado. Seria mais um canal de homens e mulheres, representados pelos Deputados Estaduais, a levar diretamente ao Parlamento sua percepção dos problemas, demandas e necessidades da vida real e cotidiana.

A proposta da criação da CLP foi inspirada em iniciativa já consolidada na Câmara Federal e visa fortalecer a participação da sociedade encurtando a distância entre representantes e representados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2133, de autoria dos Deputados valdir Rossoni, Ademar Traiano, Elio Rusch e Durval Amaral, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar a votação, o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Liderança do Governo encaminha a votação NÃO, neste pedido de convocação do Secretário Pissetti, por motivos já esclarecidos aqui. Reafirmo o nosso cumprimento de fazer o convite ao Secretário Pissetti.

Aqui está o Ofício de nº 107, onde o Secretário Airtton Pissetti reafirma o compromisso previamente acertado nesTa Casa. Ele ainda diz mais: “Acho que é interessante e proveitosa a oportunidade de expor aos senhores nobres Deputados os assuntos do Secretário da Comunicação Social e, por isso peço que uma nova data seja agendada”.

Ora, não está o Sr. Secretário negando-se a vir esta Casa. Portanto, não cabe aqui a convocatória.

Convocatória cabe sim, quando algum Secretário negar-se a um convite feito por esta Casa, em desrespeito aos Srs. Deputados. Não é o caso. Portanto, o convite está feito. O Secretário Pissetti já reafirmou o seu compromisso em vir a esta Casa e pretendo, se me der oportunidade de discutir uma data com V. Exa. para que possamos agendar.

Encaminho votação NÃO, nesta proposta que ora vamos votar.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Para Encaminhar)**

Ouvimos atentamente as palavras do Líder do Governo, Deputado Stica, mas a sua argumentação não nos convenceu. Quero crer que diante da gravidade dos problemas aqui denunciados, temos que também acelerar a vinda do Secretário da Comunicação, para que definitivamente este assunto seja esclarecido ao Parlamento Estadual e ao povo paranaense.

Portanto, quero crer que a argumentação do Líder do Governo neste momento não nos serve. Até porque temos certeza absoluta, quando chegar a semana que vem, o Secretário Pissetti vai criar mais uma oportunidade de viagem pelo Paraná ou fora do Paraná e não estará aqui nesta Casa para contribuir e trazer as informações que nós tanto desejamos.

Portanto, a Bancada de Oposição quer submeter ao voto este requerimento, para que possamos saber quem, com certeza, quer esclarecer aos paranaenses as denúncias graves trazidas a este Plenário, e que fique registrado nos Anais desta Casa quem realmente está a favor dos paranaenses, quem realmente quer o esclarecimento dos fatos e aqueles que não querem trazer a verdade para esta Casa.

Portanto, queremos submeter ao voto o nosso requerimento.

**O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, em nome do PTB, aqui representado pelo Pastor Ailton e particularmente por mim, estamos encaminhando favoravelmente o requerimento que está sendo votado neste momento, até porque algumas coisas precisam ser esclarecidas com a vinda do Secretário Pissetti.

Votarei a favor e peço aos demais companheiros também, porque acho que muitas dúvidas estão no ar e para que não parem dúvidas e não demore demais essa explicação, voto favorável para que o Secretário venha aqui. Convocar é um direito que cabe a esta Assembléia para que possa explicar as questões das publicidades. Gostaria até, porque recentemente o Deputado Ratinho Júnior e eu fomos acusados por uma jornalista, e gostaríamos que o Secretário dissesse aqui nesta Casa o que de fato está acontecendo.

Então eu, em nome do PTB e o pastor Ailton, nosso companheiro, estamos votando a favor da vinda do Secretário aqui.

Muito obrigado!

**O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)**

Gostaria apenas de registrar aqui a minha posição favoravelmente à vinda a esta Casa do Secretário da Comunicação. Com todo respeito, essa é uma das atribuições que esta Casa de Leis possui: convidar ou convocar aqueles que são representantes da sociedade, investidos do cargo público, para esclarecer a estes Deputados, principalmente quando pairam seriíssimas dúvidas em relação à afirmação do Secretário Luiz Mussi contra o Secretário Pissetti, que

teria cobrado esse pedágio na distribuição de verbas publicitárias às Emissoras de Rádio, de Televisão e aos Órgãos de Comunicação de uma maneira geral.

Acho que não há demérito algum para o Sr. Secretário vir até esta Casa dar explicações. Hoje ele encaminha um ofício à Presidência dizendo que tinha compromisso em Porto Alegre, nós compreendemos. Mas estava pela manhã na escolinha do professor Requião. Não há nenhum óbice, eu creio, para que ele venha a esta Casa, já que também vai à “escolinha”, porque não vir aqui e colocar os pingos nos “is”?

Era a posição do PDT, encaminhada inclusive, pelo Deputado Neivo Beraldin e também pelo Deputado Renato Gaúcho. Vou falar em nome dos quatro Deputados Estaduais do PDT, nesta Casa. Não posso falar em nome do Deputado Augustinho Zucchi, que já disse claramente aqui, que ele, dos três, é a exceção. Nós três somos do mesmo grupo, mas o Deputado Augustinho Zucchi é contra o convite ao Secretário Ailton Pissetti. Nós somos em quatro, então, 75% do PDT e não 100%, como nós afirmamos ontem.

Obrigado.

**A SRA. ELZA CORREIA (Para Encaminhar)**

Entendo que todos nós, Deputados e Deputadas, e a própria Assembléia Legislativa têm, evidentemente amparada pelo Regimento, a prerrogativa da convocação, quando o convite deixa de ser aceito. Quando não há justificativa e quando fica claro que, conforme nosso Regimento, a pessoa não aceita o convite. Aí nós podemos fazer a convocação.

A carta enviada pelo Secretário, que realmente nenhum Secretário pode se furtar a vir a esta Casa, quando convidado ou convocado, para trazer as informações que precisamos - porque este é nosso papel, inclusive - penso que fazer uma convocação em cima de uma correspondência que deixa claro que ele sente-se honrado com o convite, diz que será uma oportunidade para expor aos nobres Deputados e Deputadas assuntos relativos à sua Secretaria, pede apenas que o façamos em uma outra data. O que não é nenhuma novidade, porque já ocorreram nesta Casa alguns pedidos de Secretários para nós adiarmos a data para uma nova oportunidade e assim o fizemos. Sem prejuízo das informações para esta Casa.

Então, acho que o encaminhamento do Líder do Governo está correto. Estamos querendo fazer uma batalha aonde não há necessidade, porque o Secretário não se recusa a vir. Se a carta fosse noutro teor, eu estaria defendendo a convocação. Mas, acho que está devidamente justificado. E se ele estava de manhã na convocação do Governador para Sessões de Secretários, ele viajou à tarde, realmente. Porque eu tentei marcar uma audiência com ele e ele não pôde me receber.

Portanto, acho, companheiros, que tudo tem limite.

Acho que o Secretário não está dizendo que não virá. Se ele dissesse isto, teríamos que convocá-lo. Ele está

dizendo que virá e espera que tenhamos a compreensão e marquemos outra data. O resto é um cavalo de batalha.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)**

Quero cumprimentar a Deputada Elza Correia pelo encaminhamento. Mas discordar da forma do encaminhamento, porque se para tudo há um limite, o limite é a lei. E a lei nos dá estas condições de convocar o Secretário.

Porque estamos entrando com o pedido de convocação do Secretário? Ora! O Secretário já tinha conhecimento há vários dias que estava convidado para vir na terça-feira. É muito mais importante qualquer viagem ao Rio Grande do Sul do que vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre uma questão gravíssima, de uma acusação feita por um Secretário de Estado contra outro Secretário de Estado? Se eu fosse Secretário de Estado, teria me oferecido a esta Casa, no mesmo dia, para que não continuasse dando as manchetes que está dando este assunto.

Então, para o bom do Secretário, para o esclarecimento destes fatos, não podemos ficar ao bel prazer da vontade do Secretário. Assim, convocando o Secretário, o Secretário terá o prazo regimental para comparecer a esta Casa!

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É um caso que precisa ser esclarecido. Nós também concordamos que não pode pairar nenhuma dúvida, porque o Governo tem que ser transparente nessa linha. Mas como o Secretário não pôde vir, virá numa nova oportunidade. Gostaria da compreensão dos Deputados da Oposição, que claro, como eles querem nós também queremos que se passe a limpo esse caso e a transparência, mas está em disputa aqui na Assembléia o jogo político. E na época do governo passado, os nobres Deputados, com toda a sua competência que admiramos, também faziam o jogo de não convocar esse ou aquele Secretário, e que está na verdade no jogo do poder.

Gostaria de contar com a compreensão dos nobres Deputados da Oposição, e se o Secretário não vier nesse convite, agora eu assinarei e votarei pela convocação do Secretário, seja ele ou qualquer outra que seja. Defendo o Governo, nobre Presidente, mas é claro que aqui está estabelecido o jogo do Poder.

Então, queria contar com a compreensão dos Deputados da Oposição.

**O SR. RATINHO JÚNIOR (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu como Líder do PPS, fui consultar, logicamente em conversa com os demais Deputados da nossa bancada, e entendemos também que é necessário a vinda do Secretário o mais rápido possível, até para que esse assunto não esfrie, porque foram feitas acusações graves, é um assunto grave no Estado do Paraná, jornalistas estão usando isso em artigos contra Deputados.

Então, é necessário ser esclarecido o mais rápido possível. Entendemos que essa convocação não é, em nenhum momento, para desmoralizar o Secretário Pissetti, mas sim para esclarecer tudo isso que está acontecendo no Estado do Paraná.

Então o PPS é a favor da vinda e da convocação do Secretário Pissetti.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na verdade esta semana foi uma semana que a classe política recebeu, ou mereceu grandes artigos, grandes matérias em jornais, com destaque sobre o que custa o Poder Legislativo. Na verdade, o gasto maior no Executivo tem sido com a verba de Comunicação Social. Nos últimos anos o Paraná bateu recorde nacional em despesas de gastos em publicidade e propaganda.

Então, não vejo nada de mais que um Secretário de Estado seja convocado para vir aqui depor, não vai tirar pedaço do Secretário, tenho certeza que o nosso amigo Ailton Pissetti aqui virá e exporá o seu programa, vai mostrar porque liberou esta ou aquela verba. Então, portanto eu quero manifestar nesse momento o meu voto favorável para que ele seja, sim, convocado, como é de direito e é de dever desse Poder Legislativo fiscalizar e regular-se a irregularidades, ou se não há nesta ou naquela pasta.

Então, meu voto fica declarado favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o requerimento. Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

**O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

Verificação de votação, Sr. Presidente.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta aos subscritores do requerimento, aos Deputados da Oposição: não sei quem subscreveu o requerimento, mas é de praxe, e sempre foi desta parte do convívio democrático no Parlamento durante os últimos oito anos dado prazo para que representantes do Governo tragam o Secretário, sob a égide de convite, e que este seja aceito. Caso não seja aceito, amanhã ou depois de amanhã aprovamos com o nosso apoio a convocação do Secretário.

Essa manutenção de um diálogo, um entendimento podemos manter entre nós. Podemos construir um consenso em relação a isso.

Muito obrigado!

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Para este Plenário derrubar a convocação, precisa de 28 votos. Se não houver 28 votos não será convocado e desobriga o Secretário a vir aqui.

Vou justificar aqui, se há um compromisso do Secretário em aqui comparecer, confio inclusive na Bancada do Governo. Não comparecendo automaticamente estará convocado. Se derrubar aqui o requerimento de convocação o Secretário não virá aqui, porque está desobrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação. Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Gostaria de registrar os Deputados que estão votando pela convocação do Secretário Pissetti a esta Casa. Deputados: Plauto Miró, Marcos Isfer, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Barbosa Neto, Valdir Rossoni, Luiz Nishimori, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Neivo Beraldin, Jocelito Canto, Ratinho Júnior, Reni Pereira, Arlete Caramês, Valdir Leite, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk e o Deputado Ademar Traiano. Queremos justificar aqui que, por motivo de viagem, a ausência do Deputado Durval Amaral, mas que votaria também favorável à convocação.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vinte Srs. Deputados votaram pela convocação.

Deputados que são contra o requerimento queiram levantar-se. Vinte e quatro Srs. Deputados. **Está rejeitado o requerimento.**

**O SR. NATÁLIO STICA**

Gostaria de registrar que os 24 Deputados da Base de Apoio ao Governo Roberto Requião que votaram contra a convocação, são todos favoráveis à vinda do Secretário, conforme entendimento da Liderança do Governo e da vontade do Secretário de aqui estar após definirmos uma nova data.

Muito obrigado!

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)**

Reconhecemos que a vontade da maioria desta Casa derrubou o nosso requerimento e a democracia exige respeito ao voto. Mas, como o Líder do Governo demonstra que os 24 Deputados são favoráveis à vinda do Secretário, que dê uma demonstração de grandeza ao Paraná e traga-o na segunda-feira para as devidas explicações aos paranaenses e aos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Requerimento nº 2112, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2116, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2118, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2120 a 2123, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2126, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2128, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2129, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2130, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2131 e 2132, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2134, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2135, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 06/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 733/2003, 115/2004, 187, 221, 342/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2004.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 1º de dezembro, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 221/2004 e 733/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 238/2001, 589 e 715/2003 e do de Lei Complementar nº 279/2004 e dos de Lei nºs 369, 373, 374, 388 e 396/2004.

Levanta-se a Sessão.

## **Despacho do Sr. Diretor Geral:**

DESPACHO DO SR. DIRETOR GERAL

Protocolo nº 3369/2004

Interessado: Carlos Eduardo Jung

1. De acordo com as informações constantes do processo, INDEFIRO o pedido.

2. Publique-se no Diário da Assembléia e archive-se.

Curitiba, 29/11/2004.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 014ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
30 DE NOVEMBRO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Tureck e Marcos Isfer.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a todos os Srs. Deputados que o Governador Roberto Requião acaba de me telefonar anunciando (e pediu que eu assim fizesse nesta Sessão) que o Estado acaba de adquirir a Santa Casa de Misericórdia em Paranaguá pelo valor de dois milhões e pouco.

Teria ido na semana passada ou no mês passado a leilão público por três milhões; não houve quem arrematasse e o Governador - que tem a sensibilidade da saúde neste Estado - adquiriu a Santa Casa, depois de estar construindo um novo hospital naquela cidade centenária.

O Paraná vem resgatar um prédio que estava endividado, penhorado, para pagar dívidas com funcionários, com INSS e tantos outros impostos pendentes na Santa Casa que tanto feito fez em prol da saúde do povo parnanguara e do povo do litoral.

Então, é com satisfação que anunciamos a aquisição, por parte do Governo do Estado, daquele prédio centenário e tradicional em homenagem a todo povo do litoral, principalmente aos parnanguaras.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2137**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) MARCOS ISFER

**REQUERIMENTO Nº 2140**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação em bloco das emendas com pareceres contrários e favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**REQUERIMENTO Nº 2138**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário destaque na votação das emendas 2 e 4 do Projeto de Lei nº 733/2003.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

**REQUERIMENTO Nº 2139**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto nos artigos 164, II e 167 parágrafo 5º, combinados com o artigo 132, parágrafo 2º, inciso X do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário,



votação nominal para o Projeto de Lei 733/2003, item 02 da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli, Ailton Araújo, Ademar Traiano, Elio Rusch, Barbosa Neto e 1 ilegível.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 06/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre o processo seletivo de ingresso na administração pública, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 318/2003

Curitiba, 12 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 310/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 351/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o “processo seletivo de ingresso na administração pública, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como suas autarquias e fundações públicas, e ainda, as avaliações de desempenho funcional e outras similares, realizar-se-ão com respeito às crenças religiosas da pessoa, propiciando a observância de “dia de guarda e descanso”, de conformidade com os preceitos de sua religião ou convicção”, e adota outras providências.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamentos expendidos pelas Secretarias de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, de Educação - SEED e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, todos com argumentação centrada na inconstitucionalidade da medida, porque afronta preceitos da Magna, contidos no artigo no artigo 5º - VIII

e artigo 207, assim como o artigo 66 - II e 180 da Constituição Estadual.

Dentre os citados pareceres destaco e segue adiante transcrito, o da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, que aborda fato de que a Lei nº 11.830/2002, do Estado do Rio Grande do Sul, contendo idêntica medida, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, na ação direta de inconstitucionalidade nº 2806-5-RS:

“O projeto em questão dispõe sobre questões relacionadas com liberdade religiosa, fixa obrigações alternativas e trata da realização de concursos públicos seletivos, aplicação de provas e atribuição de frequência a alunos no Estado do Paraná.

Tal projeto guarda quase que total similaridade com a Lei nº 11.830, de 16 de setembro de 2002, do Estado do Rio Grande do Sul. Em 23 de abril último esta lei foi declarada inconstitucional por decisão unânime, do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2806.

Houve, por parte do então Governador daquele Estado, a impugnação de todo o seu conteúdo por via de ação direta de inconstitucionalidade. A Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul sustentou, em princípio, que a lei continha vício de iniciativa, uma vez que deveria ser originária de um projeto do Chefe do Poder Executivo e não de representante do Legislativo.

O relator da ação, Ministro Ilmar Galvão, afirmou que a Lei Estadual nº 11.830 teria interferido com a norma de autonomia das Universidades e invadido a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes da educação.

No voto, o ministro Sepúlveda Pertence foi além da formalidade, propugnando pela inconstitucionalidade material da citada lei, mesmo que a iniciativa fosse do Poder Executivo, pois os seus dispositivos carecem de razoabilidade, violando princípios fundamentais da Constituição Federal”...

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 351/2003 encontra-se publicado no DA nº 049/2003, de 18.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 06/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do Deputado Artagão Leão Júnior, objeto de veto do Governador dispõe sobre o processo seletivo de ingresso na Administração Pública, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao nobre Deputado Nelson Tureck, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares para votação, lembrando que os que votarem pela manutenção do veto têm que votar com a cédula SIM, e para derrubar o veto, com a cédula negra NÃO.

O SR. VALDIR LEITE (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só queria fazer o registro aqui na nossa Casa, do Pastor Eugênio, representante da Igreja do Evangelho Quadrangular de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, muito rapidamente nós encaminhamos pela manutenção do veto, porque temos aqui uma análise jurídica desse projeto, onde, entre toda a análise, diz: “Dentre os citados pareceres destaco e segue adiante transcrito, o da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, que aborda fato de que a Lei nº 11.830/2002, do Estado do Rio Grande do Sul, contendo idêntica medida, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, na ação direta de inconstitucionalidade nº 2806-5 RS”.

E daí traz outros arrazoados justificando a sua inconstitucionalidade.

Por esse motivo nós encaminhamos em nome da Liderança, a votação SIM, pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado Nelson Tureck, chamada dos Sr. Parlamentares para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Procede à chamada nominal para votação**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo a Deputada Elza Correia, Deputado Pedro Ivo e Deputado Artagão de Mattos Leão, para o escrutínio dos votos.

Pela manutenção do veto, votaram 24 Srs. Deputados; pela derrubada do veto 19, e um voto nulo. **Está mantido o veto.**

## ITEM 02

### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 733/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a

remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretários de Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL ÀS EMENDAS 1 E 3 E CONTRÁRIA ÀS EMENDAS 2 E 4.

### SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 733/2003

A presente emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 733/2003, tem por objetivo harmonizar a proposta de lei às normas constitucionais sobre a matéria e, ainda, o de estender seus efeitos a todos os servidores públicos estaduais, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - O subsídio mensal correspondente aos cargos de provimento em comissão de Secretário de Estado será fixado em parcela única, observado o disposto no parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal, no valor de R\$11.925,44 (onze mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos), aplicando-se o mesmo percentual do reajuste obtido aos integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, do Quadro Próprio do Magistério, das Polícias Civil e Militar e aos demais servidores públicos organizados em carreiras próprias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO e FERNANDO RIBAS CARLI.

### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 733/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretário de Estado será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(aa) CHICO NOROESTE, TADEU VENERI, PADRE PAULO CAMPOS, ANDRÉ VARGAS e FERNANDO RIBAS CARLI.

### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que um Ministro de Estado percebe uma remuneração de igual valor, não poderíamos reajustar os salários dos Secretários de Estado acima deste teto salarial.

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

A presente Emenda Aditiva tem por objetivo acrescentar ao Projeto de Lei nº 733/2003, novo dispositivo conforme redação a seguir:

“Art. 3º - Aos integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, e às demais carreiras de servidores públicos estaduais, da administração direta e indireta, organizadas em quadro próprio será concedido, a partir de 1º de novembro de 2004, um abono salarial no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).”

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(aa) BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, WALDIR LEITE, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS e 1 elegível.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 733/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretário de Estado será equivalente àquela percebida pelos Deputados Estaduais.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(aa) ANDRÉ VARGAS, BARBOSA NETO, PADRE PAULO CAMPOS, DUÍLIO GENARI e FERNANDO RIBAS CARLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O salário dos Secretários de Estado equivalente ao percebido pelos Deputados Estaduais torna o referido projeto de lei mais justo e de acordo com a realidade do serviço público, nesta busca do Estado pela economia dos recursos públicos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 733/2004

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O Projeto de Lei nº 733/2003 e suas emendas em análise, tem por objetivo primordial dispor sobre a remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretários de Estado.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º e 142 do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que as emendas apresentadas, pretendem modificar o artigo 1º do projeto de lei em análise, buscando estender o mesmo percentual do reajuste obtido aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, das Polícias Civil e Militar e aos demais servidores públicos organizados em carreiras próprias.

Da mesma forma a Emenda de Plenário nº 03 visa acrescentar o artigo 3º concedendo a partir de 1º de novembro de 2004, um abono salarial no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE.

Cabe salientar que sob o ponto de vista financeiro, a remuneração total do Secretário de Estado será

de R\$ 11.925,44, sendo que esse valor trará um impacto aproximado da ordem de R\$ 322 mil ao mês, uma vez considerado o quantitativo de Secretários hoje existentes, ou seja, 27. Ainda, vale esclarecer que o impacto financeiro consistirá em 0,01% do limite estabelecido para as despesas com pessoal, e desta forma não ferindo por consequência a lei de responsabilidade fiscal. Contudo, as emendas a que se pretende analisar, geram um montante que somado aos valores já descritos, certamente fogem ao princípio da legalidade, visto que aumentará significativamente os valores destinados às despesas com pessoal.

Ademais, considerando o princípio da admissibilidade das emendas, esclarecimentos que o artigo 54, inciso VII, a saber:

“Art. 54 - *Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:*

*VII - fixar os subsídios do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153 parágrafo 2º, I da Constituição Federal;*”

O artigo em comento traz claramente que o projeto de lei está apto quanto à iniciativa. No entanto, no que tange às emendas, estas não podem prosseguir visto que tratam dos demais servidores públicos organizados em carreiras próprias, e por consequência de iniciativa do Governador do Estado, conforme segue:

“Art. 66 - *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;*” (grifos nosso).

Diante disso, as emendas encontram-se óbice em prosseguir por não estarem de acordo quanto ao juízo de admissibilidade.

##### Conclusão

Diante do exposto, não estando apto quanto à constitucionalidade e técnica legislativa nosso parecer é desfavorável às Emendas de nºs 1 e 3 deste projeto de lei, sendo, portanto favorável às Emendas de nºs 2 e 4.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

##### Apoioamento:

Duílio Genari, Durval Amaral, Nelson Tureck, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk, Elton Carlos Welter, Nelson Justus, Marcos Isfer e Barbosa Neto.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoioamento dos Deputados Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Elio Rusch e demais Deputados, constante do expediente, solicitando votação nominal. **Aprovado.**

Ainda Requerimento nº 2138, de autoria do Deputado André Vargas constante do expediente, solicitando destaque na votação das emendas 02 e 04. **Em votação.**

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, nós votamos contrários a esse requerimento, pedindo que se vote o Projeto, ressalvadas as Emendas, e na sequência, as Emendas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Por uma questão de encaminhamento, assinei o requerimento, exatamente porque são as duas Emendas que tratam do valor do salário dos Secretários. Alteram o valor. Portanto, há Deputados que entendem que os Secretários devam ganhar oito mil reais como ganha o Ministro. Há Deputados que entendem que devem ganhar como um Deputado estadual. Fizemos esse requerimento no sentido de entender que antecipadamente votássemos as emendas apresentadas por um conjunto de Deputados do PT e deliberadas pela Bancada do PT no sentido de votar favoravelmente.

Pedimos portanto, voto favorável à antecipação...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa. que só poderá ter preferência na votação das emendas, se for aprovado o requerimento de V. Exa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta à Mesa.

Eu não vi na história do Parlamento, votação de emendas antes do Projeto. Então me parece correto o procedimento correto da Mesa Executiva, se a Bancada do PT tivesse feito um outro projeto, poderia ter, daí sim, uma preferência. Agora, a preferência a uma emenda em relação ao Projeto, eu não vi esse tipo de votação.

Eu gostaria que a Mesa esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu só quero esclarecer que há um Substitutivo Geral da CCJ. Por isso é que é possível, se aprovado o requerimento do Deputado André Vargas, votar as emendas que foram postadas ao projeto, que modifica o substitutivo, inclusive.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O Substitutivo é do Deputado André Vargas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. É da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mas então, vota-se primeiramente o Substitutivo. Lógico, depois as Emendas, Sr. Presidente.

Sempre foi assim. Um projeto de lei é algo maior do que uma emenda. O senhor imagine se nós tivéssemos...

O SR. ANTONIO ANIBELLI

A emenda não pode emendar o que não existe.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor imagine se a emenda tivesse aí, Sr. Presidente, de fazer com que os salários fossem de vinte e cinco mil. É o contrário do entendimento do Deputado André, mas a lógica do Parlamento impõe que votemos primeiro o projeto, que é a lei e depois, as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concordo com V. Exas. É orientação dos assessores da Mesa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Por favor, Sr. Presidente. Por favor, senão, vai me constranger, dentro do meu Partido, a pedir para que os meus companheiros do PT não acompanhem a preferência solicitada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **prejudicado** o requerimento do Deputado André Vargas.

Em votação o Substitutivo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, não! Não está prejudicado!

O SR. ANDRÉ VARGAS

Não, Sr. Presidente! Não estão prejudicadas as emendas, pode eventualmente estar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não estão prejudicadas as emendas.

Está prejudicado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente eu gostaria que fosse lido o requerimento, para que eu pudesse encaminhar o requerimento do Deputado André Vargas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado que o presente subscreve, nas suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o soberano Plenário destaque na votação 02 e 04 do Projeto de Lei nº 733/2003.

O SR. VALDIR ROSSONI

Destaque ao quê?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Às emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente está correto o encaminhamento do requerimento. Nós votamos o projeto e depois em destaque nós votamos as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É justamente isso, a votação do substitutivo inicialmente. O requerimento do Deputado André Vargas queria votar primeiro as emendas e, depois o substitutivo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Está correto o entendimento de V. Exa., só que depois nós votaremos a preferência de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário a chamada dos Srs. Parlamentares, para a votação do Substitutivo Geral da CCJ.

Os que forem favoráveis ao substitutivo, SIM.

Os que forem contrários ao substitutivo, NÃO.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

A Liderança do Governo encaminha a votação SIM, no Substitutivo.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

A Liderança da Oposição encaminha NÃO ao aumento dos secretários.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à Chamada Nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está aprovado Substitutivo, com 28 (vinte e oito) Srs. Deputados pela aprovação do Substitutivo e 16 (dezesseis) votos contrários ao Substitutivo.

Está **aprovado!**

Vamos votar as emendas.

Consulto o autor do requerimento para votação nominal dos Srs. Parlamentares, se foi também para as emendas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Vamos ser extensivo às emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Encaminhei o requerimento e as emendas fazem parte do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o Plenário que há duas Emendas que foram dadas parecer favoráveis e duas parecer contrários, se quer votar individualmente.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Individualmente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Emenda nº 1 - Solicito ao Sr. 1º Secretário Nereu Moura para que proceda à leitura da emenda que será votada.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente se duas emendas da CCJ receberam parecer contrário, vamos mudar o parecer, a inconstitucionalidade, vamos votar SIM ou NÃO?

Nós vamos perder tempo!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Plenário tem que votar. A Presidência não pode decidir se vota ou não.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Então, V. Exa. poderia, em bloco, as duas rejeitadas, mas sem voto nominal, porque, nem no requerimento do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento foi aprovado, após ouvido o Plenário, a votação nominal ao Projeto de Lei 733.

Quando se fala em projeto, automaticamente são as emendas que foram apresentadas, também!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Solicito a V. Exa. que vote em bloco, primeiramente as que tiveram parecer contrário da CCJ e posteriormente em bloco as...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É o requerimento de V. Exa.? Eu gostaria que V. Exa. transformasse este requerimento por escrito.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Antecipo a V. Exa. verbalmente e imediatamente eu encaminho.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, nós já estamos em processo de votação. Não cabe mais requerimento a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não foi iniciado o processo de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas, nós já lemos o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi o Substitutivo Geral. As emendas ainda não, nobre Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas, Sr. Presidente, já está em processo de votação! Não cabe mais! Gostaria, apesar de antiga a experiência que tem, não cabe mais requerimento!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O artigo 171, nobre Deputado Valdir Rossoni, fala o seguinte: “As emendas serão votadas em grupo, conforme tenham parecer favorável, as quais se consideram as das Comissões ou ao contrário”.

Então, é perfeitamente permitido votar as emendas em bloco, as que foram dadas parecer contrário.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concordo com V. Exa. que poderá ser votado em bloco se tivesse, antes de iniciada a votação, entrar com o devido requerimento.

A lei não protege quem dorme, Sr. Presidente!.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, não foi colocado em votação, ainda, nobre Deputado!

O SR. NATÁLIO STICA

Para uma consulta à Mesa: as emendas rejeitadas pela Comissão não deveriam ser arquivadas e só vir ao Plenário das que receberam parecer favorável da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vão a plenário. O Plenário é quem decide.

O SR. NATÁLIO STICA

Pedimos, então a votação em bloco das emendas rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Anibelli já tinha feito um requerimento verbal e vai fazer por escrito. Nós vamos colocar o seu requerimento em votação. Posteriormente, se o requerimento dele for aprovado, faremos isso.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então, V. Exa. vai aguardar o requerimento? Aí está a prova de que o requerimento não cabe mais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele fez o requerimento verbal. O Regimento Interno permite, Deputado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

O Deputado Rossoni não está convencido, ainda?

O SR. VALDIR ROSSONI

Tenho certeza de que se V. Exa. der o encaminhamento, talvez eu possa me convencer.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu só entendo, da sua argumentação, talvez não tenha compreendido toda ela, mas até onde compreendi é que V. Exa. estava argumentando de que não cabia mais

requerimento porque o processo de votação estava em curso.

Se o processo de votação, realmente, estivesse em curso, eu concordaria com toda a sua interpretação, mas como se trata de emenda, o projeto está em curso, a votação. Mas, as emendas, não, porque, tenho que abrir a discussão sobre a emenda, porque não posso mudar o teor do projeto. Tenho que abrir para o Plenário da emenda. Este é o rito. O Presidente coloca em discussão. Encerrada a discussão. Quem se inscreve para falar sobre a emenda? Encerrada a discussão. Ao término disto, em votação. E encerrada a votação. É o processo. Porque este direito de poder discutir cada emenda, nós temos!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento nº 2140, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando votação em bloco das emendas com pareceres contrários e favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça.

Retirado pelo autor.

O SR. VALDIR ROSSONI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, só para esclarecer, o requerimento do Deputado Anibelli pede a votação em bloco das duas emendas, com parecer desfavorável?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E favoráveis. Está aqui o requerimento de V. Exa.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, seria misturar.

Veja como a Mesa deveria estar refletindo sobre isto. O Deputado Ângelo Vanhoni usou a palavra no sentido de fazer toda uma argumentação do debate. Como é que eu posso fazer o debate, se são incongruentes entre si? Uma foi inconstitucional, porque extendia o valor aos demais servidores. Incompatível, portanto, com a LRF, incompatível.

Não tinha presunção da pressão econômico-financeira, e a outra, diminui o valor já aprovado. Ou seja, tem uma pressão inferior. Como é possível debater os assuntos tão díspares? Então, tem duas favoráveis. Inclusive queria já de plano tirar da pauta a número dois, desse Deputado, do Deputado Padre Paulo, Tadeu Veneri, e consultei os demais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **retirado**. Defiro.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Mas gostaria de preservar a número quatro, que equipara o salário de Deputado, que pudesse ser debatido diferenciadamente daquelas que tiveram parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. solicitou a retirada da Emenda nº 2, já deferi, está retirado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Retiramos em nome da Oposição, para descomplicar a nº 1, para dar oportunidade para votarmos a nº 4, de autoria do Deputado André Vargas, que equipara os salários dos Secretários ao dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retirado pelo Deputado André Vargas a Emenda nº 2, e pelo Deputado Valdir Rossoni, a Emenda nº 1.

Solicito a leitura da Emenda nº 3 pelo Deputado Nereu Moura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Parecer contrário da CCJ. Aos integrantes do quadro próprio do Poder Executivo e às demais carreiras de servidores públicos estaduais, da administração direta e indireta, organizados em quadro próprio, será concedido a partir de 1º de fevereiro de 2005 um abono salarial de 260 reais.

Sala das Sessões. Parecer contrário.

O SR. VALDIR ROSSONI

Na verdade, Sr. Presidente, nós poderíamos fazer um acordo de Liderança aqui e colocar em votação todas as emendas.

E nós até poderemos, num entendimento, não encaminhar a primeira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já solicitou a retirada da primeira. O Deputado André Vargas solicitou a retirada da Emenda nº 2. Foi deferido.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então vamos para a votação da nº 4.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Da nº 3, inicialmente.

O SR. VALDIR ROSSONI

É importante, Sr. Presidente.

Agora consegui encontrar a nº 3, porque ela está no verso da nº 1, por isso que estava difícil encontrar a nº 3.

Passo a fazer a leitura e já o encaminhamento da nº 3, que é o que V. Exa. colocará em votação.

(Lê):

“A presente emenda aditiva tem por objetivo acrescentar ao Projeto de Lei nº 733/2003 do novo dispositivo conforme a redação a seguir”.

Encaminho o mérito desta emenda, Sr. Presidente, que é fácil de ser compreendido. Estamos dando aos Secretários de Estado 100% de aumento nos seus salários; estamos apenas colocando uma emenda aditiva para darmos uma gratificação de 260 reais aos servidores públicos!

Espero que os Deputados compreendam que estaremos atendendo todas as categorias votando SIM à emenda.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Com todo respeito à colocação do Deputado Valdir Rossoni, a Assembléia não tem condições legais de fazer uma emenda, porque impõe ao Executivo a obrigação de um abono. Essa competência a Assembléia não tem, por isso essa emenda é inconstitucional e não deve ser acatada por este Plenário.

Esse é o indicativo que faço no sentido de votarmos contrários à Emenda nº 3, subscrita pelo Deputado Valdir Rossoni.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1 Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares, para a votação da Emenda nº 3.

(**Procede à votação nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A favor da emenda: 10 votos; contrários à emenda: 34 votos.

Está **rejeitada** a emenda.

Solicito ao Deputado Nereu Moura a leitura da Emenda nº 4.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Lê a Emenda nº 4**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Nereu Moura que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de pedir a atenção dos Deputados da Oposição, porque vamos votar favorável à emenda dos Deputados do PT.

Como os Deputados do PT não foram solidários à nossa emenda de aumento de 260 reais de bonificação aos servidores, vamos ser recíprocos à sua emenda.

Então, a Oposição vai votar SIM à Emenda Modificativa nº 4.

**O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar a votação)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós, Deputados legisladores que somos, não podemos nos permitir votar aqui uma proposta, qualquer que seja, que vá contrária à nossa Constituição Federal. Não é possível que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, numa votação, queira mudar a Constituição vigente em nosso País. E o que diz a Constituição, Deputado Valdir Rossoni?

Artigo 37, das Disposições Gerais, no seu parágrafo 13º: “É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécie remuneratória para efeito de remuneração de pessoal de serviço público”.

Ora, está muito claro que, se nós votarmos aqui a equiparação do salário dos senhores secretários com a dos Deputados estamos ferindo a Constituição Federal. Não é possível que esta Casa vá cometer tal heresia. Por isso, Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha NÃO na emenda, para manter a Constituição Federal intacta.

**O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente.

Veja como é difícil ter duas posturas ou tentar justificar o injustificável. Veja o que acaba de defender aqui o Líder do Governo.

Senhoras e senhores que estão me ouvindo neste momento, não pode equiparar o salário ao dos Deputados, mas pode mais do que dobrar. Pode ganhar 11 mil, mas não pode ganhar 09 mil reais! Quer dizer, o Secretário de Estado vai ganhar mais do que um Ministro! Esta é a defesa que está sendo feita na tarde de hoje. Se o trabalhador teve um aumento de vinte reais no salário mínimo, se os servidores do Estado estão há nove anos sem receber aumento de salário, como é que nós podemos encaminhar aqui uma votação que duplica o valor do salário dos Secretários, mas não podemos equiparar? É claro que concordamos, estão sem reajuste, tem que aumentar. Mas, vai dobrar ou mais que dobrar e não pode se equiparar ao salário dos Deputados?

Queremos aqui, em meu nome, dizer que vou votar pela coerência, votar com a minha consciência tranqüila, que é a equiparação dos salários dos Secretários de Estado aos dos Deputados Estaduais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, peço principalmente àqueles Deputados que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça, que estejam atentos, uma vez que quando o Deputado Aníbelli apresentou esse projeto, nós, na própria Comissão, fizemos questão de apresentar o substitutivo geral e defendemos todos, porque entendíamos que uma remuneração não pode ficar de uma forma que não seja clara nem vinculada a qualquer tipo de outra remuneração.

Esse foi o motivo pelo qual se definiu, dentro da Comissão de Constituição e Justiça, o valor fixo de onze

mil reais, cento e noventa, que daria remuneração de um Secretário de Estado.

Não vejo como, neste momento, podermos votar a favor de uma emenda que cria uma nova vinculação e uma nova distorção com relação aos salários.

Defendo que seja contra a emenda.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente.

Para informar que as duas emendas foram objeto de avaliação da Bancada do Partido dos Trabalhadores e eu mesmo, sendo Líder pedi a aquiescência do Deputado Welter, no sentido de dizer que a Bancada deliberou pela vinculação do salário dos Secretários ao dos Deputados para que haja essa equiparação e pedindo, portanto, a retirada da pauta da emenda anterior, que elevava o salário de um Secretário ao salário de um Ministro.

Portanto, defendo o voto SIM à emenda e solicito aos Deputados que reflitam se essa não é a decisão mais acertada, responsável para com a imagem da Casa e para com o trabalho que temos nos esforçado por fazer.

SIM à emenda.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão.

Gostaria de analisar essa questão sem que tivéssemos paixão nessa discussão.

Acho que realmente o salário dos Secretários é baixo. Pode verificar o salário de todas as Prefeituras do Paraná e verá prefeituras aonde os Secretários percebem salário maior do que o do Secretário de Estado.

Agora, o fato de sermos favoráveis de que esse valor possa ser reajustado, não significa que somos favoráveis ao valor proposto no projeto.

Neste sentido, gostaria de dizer que sou favorável à emenda que estabelece a equiparação, porque nós estamos votando aqui um salário que daqui a pouco é maior do que o nosso! Que pelo menos tenhamos uma referência! Não sei se é equivalência ou não, mas uma referência com relação à questão do salário. Sim, porque é visível que o salário dos Secretários está defasado; agora também não aumenta o proposto nesse projeto.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, a Bancada realmente se reuniu, eu não estava presente, tomou uma decisão de maioria naquele momento em vincular o salário dos Secretários de Estado ao dos deputados, que tão logo haja aumento eventualmente, de acordo com a questão da Constituição, quando sobe dos Federais, já sobe dos Estaduais e também automaticamente subiria o deles. Nós resolveríamos o problema para sempre, a questão do salário dos Secretários.

Então, como há disciplina interna da Bancada, nós encaminhamos para que a Bancada acate essa emenda e acredito que seja constitucional. A CCJ deliberou pela constitucionalidade porque a Constituição prevê que



salários de Deputados Estaduais, Federais, Governadores e também de Chefe do Executivo, Ministros e Secretários, são aprovados pelas Assembléias e o Congresso Nacional.

**O SR. HERMES FONSECA (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, é preciso que se esclareça.

A Comissão de Constituição e Justiça deliberou sobre as quatro emendas, e no parecer, opinou desfavorável pelas emendas 1 e 3, e favorável pelas emendas 2 e 4.

No entanto, a emenda 4, gostaria de registrar e argumentar que é uma emenda inconstitucional, porque vincula a remuneração dos secretários de Estado às percebidas pelos Deputados Estaduais.

Isso é uma forma de vinculação. A remuneração dos cargos de provimento de comissão será equivalente.

Por essa redação, qualquer correção que haja nos salários dos Deputados, aplicar-se-á aos salários dos Secretários de Estado. Portanto, esta é uma forma de vinculação vedada pela Constituição Federal no seu artigo 37, inciso 13: “É vedada a vinculação e equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal de serviço público”.

Portanto, não é o fato de a Comissão ter aprovado um parecer por equívoco, que torna esta emenda constitucional. Ela é inconstitucional, no meu entendimento. Por isso, acho que esta Casa não deve votar em matéria inconstitucional, sob pena de essa matéria ser vetada e derrubada em qualquer instância deste País.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito à nobre Deputada Elza Correia que proceda à chamada dos Srs. Parlamentares para a votação, informando novamente que aqueles que forem favoráveis à emenda votam SIM. Os contrários, NÃO.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu não consegui aqui entender o encaminhamento do Deputado Hermes Fonseca, mas parece que ele disse que a emenda é inconstitucional?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

É, ele afirmou que a Comissão equivocadamente deu parecer favorável, mas reconhece que a emenda é inconstitucional.

Solicito aos nobres Deputados, para entrarmos no processo de Votação.

A Sra. 1ª Secretária, Deputada Elza Correia procederá à chamada nominal.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Elza Correia)**

**(Procede à chamada nominal para votação dos Srs. Deputados)**

17 SIM; 27 NÃO.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Só gostaria de justificar o meu voto, da mesma forma que o Deputado Pedro Ivo, justificou.

A Bancada, quando fez essa discussão, eu não estava presente em função da minha licença do Poder Legislativo. Da mesma forma a minha opinião é de que o salário, de que o projeto deveria ser votado com este valor fixado, do qual foi aprovado hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

**Rejeitada a emenda.**

Automaticamente, **está aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo. O Projeto voltará à terceira discussão.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exames para diagnóstico precoce de catarata congênita nos recém-nascidos em todo o Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do kit vida em estabelecimentos públicos ou privados e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a doação dos cordões umbilicais dos recém-nascidos em maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001. (título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito). **PARCECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Irineo da Costa Rodrigues. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 094/2004, de 03/11/2004).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 385/2004**

**Relatório**

Da autoria do Exmo. Sr. Deputado Reni Pereira, o presente projeto de visa conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Irineo da Costa Rodrigues.

#### **Fundamentação**

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o presente projeto de lei, constatou não haver inconstitucionalidade, bem como constar da cota do PSB.

#### **Conclusão.**

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

Essa votação será secreta.

Após o encaminhamento do Sr. Deputado Reni Pereira, solicito que a Secretária Deputada Elza faça a chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

#### **O SR. RENI PEREIRA**

Sr. Presidente, só gostaria de enaltecer as qualidades da pessoa que está sendo agraciada com o título; espero que seja agraciada.

Por isso, peço a posição do voto SIM na urna, para que possamos homenagear o Irineo da Costa Rodrigues, uma pessoa que mais de 30 anos colaborou, e muito, para a mudança do perfil econômico do Oeste do Estado do Paraná, tanto no cooperativismo como no setor de agronegócio. E por que não dizer, ele colocou o Paraná numa posição de destaque nacional e internacional, trazendo para cá técnicas que ajudaram economicamente.

Por isso, depois de tantos encaminhamentos e confusões, pediria aos nobres Parlamentares que estamos votando o título de Cidadão Honorário para uma pessoa que enobrece o povo paranaense e principalmente a agricultura e o cooperativismo paranaense.

Por isso peço o voto SIM.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito à Sra. 1ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares, para votação.

#### **A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Elza Correia)**

**(Procede à chamada nominal para votação)**

Sr. Presidente, 36 votantes.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito à comissão constituída pelos Deputados Luiz Nishimori, Ademir Bier, e Elton Welter, para proceder ao escrutínio dos votos.

Quero participar aos Srs. Parlamentares, que procederemos uma Sessão Solene, em homenagem aos 40 anos da criação do SERPRO - Serviço Geral de Processamento de Dados, por proposição do Deputado Tadeu Veneri, logo após esta Sessão.

#### **A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Elza Correia)**

Sr. Presidente, encerrada o escrutínio: seis (06) NÃO; trinta (30) SIM.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está **aprovado** em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 342/2004, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Sr. Irineo da Costa Rodrigues.

Pela ordem, Deputado Jocelito Canto.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, para comunicar a esta Casa, que o Tribunal de Justiça, reunido nesta tarde, acatou uma decisão da I Instância de Ponta Grossa e nos concedeu, por unanimidade, uma ação que havia sido proposta quando Prefeito, de superfaturamento de um terreno. O Tribunal acaba de confirmar por unanimidade, que não foi superfaturado o terreno e todas aquelas injustiças que fizeram contra mim, estão reparadas agora.

É uma pena que aqueles detratores daquele momento estejam hoje iguais a “pau de galinheiro”, porque não vão poder nem comentar a decisão.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu tinha certeza, Deputado Jocelito Canto, que V. Exa. seria absolvido dessa ação.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2137, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Levanta-se a Sessão.